

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM ESTUDOS LITERÁRIOS**

**AS ATROCIDADES DO COLONIALISMO EM *O PARAÍSO DO DIABO*, DE  
WALTER HARDENBURG**

**PORTO VELHO**

**2017**

**MARIA ELIÉSE GURGEL**

**AS ATROCIDADES DO COLONIALISMO EM *O PARAISO DO DIABO*, DE  
WALTER HARDENBURG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientador: Professor Doutor Hélio Rodrigues da Rocha.

Linha de Pesquisa: Literatura, outros Saberes e outras Artes

**PORTO VELHO**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

G979a Gurgel, Maria Eliese .

As Atrocidades do Colonialismo em O Paraíso do Diabo, de Walter  
Hardenburg / Maria Eliese Gurgel. -- Porto Velho, RO, 2017.

96 f. : il.

Orientador(a): Prof. PhD Hélio Rodrigues da Rocha

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Literários) - Fundação  
Universidade Federal de Rondônia

1. Barbárie. 2. Colonização. 3. Crime. 4. índios do Putumayo. I. Rocha,  
Hélio Rodrigues da. II. Título.

CDU 82:325

---

**MARIA ELIÉSE GURGEL**

**AS ATROCIDADES DO COLONIALISMO EM *O PARAÍSO DO DIABO*, DE  
WALTER HARDENBURG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Estudos Literários da Universidade Federal de Rondônia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Hélio Rodrigues da Rocha – UNIR – (Orientador)

---

Prof. Dra. Mariana Bolfarine – IFSP/USP (Membro externo)

---

Prof. Dr. Miguel Nenevé – UNIR (Membro interno)

---

Prof. Dr. Vitor Cei Santos – UNIR (Membro interno)

---

**PORTO VELHO**

**2017**

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal de Rondônia pela oportunidade e realização deste projeto de mestrado.

Ao apoio financeiro da CAPES com a bolsa de incentivo à pesquisa.

À espiritualidade maior que me conduziu durante este trabalho, elevando-me e tirando-me da ignorância; dando-me forças nas horas das adversidades, elevando o meu espírito na hora das conquistas.

Ao meu professor orientador, Hélio Rodrigues da Rocha, que me acolheu e me ensinou com seu jeito simples de professor, pesquisador e escritor.

À minha família, que sempre acreditou e me apoiou nos meus estudos, na minha vontade de crescer, intelectualmente e consequentemente financeiramente.

À minha irmã, Maria Hélia, que pacientemente assumiu a responsabilidade de cuidar dos nossos pais, já idosos e nunca me cobrou nada, permitindo assim, que eu prosseguisse com os meus estudos.

À professora Nancy, historiadora, a amiga que sonhou junto comigo o projeto de mestrado, deixo registrado aqui o meu agradecimento pelas suas aulas de Histórias, tão necessárias ao meu objeto de estudo.

À professora Maria de Fátima Almeida, pelas correções pelo apoio na língua portuguesa.

Ao meu amigo, Valmir Souto, que sempre esteve presente na minha vida ajudando-me e orientando.

À Laura Alice, minha primeira leitora.

## RESUMO

Esta pesquisa propõe-se a uma leitura investigativa da obra *O Paraíso do Diabo: relato de viagem e testemunho das atrocidades do colonialismo na Amazônia*, do engenheiro e missionário norte-americano, Walter Ernest Hardenburg (1866 – 1942). O objetivo central é analisar os crimes e a barbárie ocorridos na bacia do rio Putumayo, na tríplice fronteira Peru, Colômbia e Brasil, durante as atividades de coleta e produção da borracha, sob a administração da Peruvian Amazon Company (PAC), empresa que tinha sede em Londres (Inglaterra), Manaus (Amazonas) e Iquitos (Peru) e tinha o peruano, Julio César Arana (1864 – 1952), como acionista majoritário. Através de inúmeras ações criminosas e bárbaras, os funcionários da PAC forçavam os nativos da região a trabalhar sob regime de escravidão, submetidos a flagelos e até à morte, caso não apresentassem a cota de borracha exigida pela empresa. A análise está embasada em algumas noções teóricas de estudo sobre o terror, com Michael Taussig, advindas, principalmente, de sua obra *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura* (1993), de discurso e poder, formação e prática discursiva cunhadas por Michel Foucault em *A ordem do discurso* (2010) e *A arqueologia do saber* (2002) e *Microfísica do poder* (1988). Essas noções teóricas serão complementadas pelos estudos pós-colonialistas de Silviano Santiago, que apresenta o conceito de entre-lugar do discurso latino-americano em *Uma literatura nos trópicos* (2000) como ferramenta para tentativa de elaboração de um contra-discurso por parte do intelectual que se propõe ao serviço de descolonização; Tzvetan Todorov, em *A conquista da América* (2003), que estuda a questão do “eu” e do “outro”; Homi Bhaba, que teoriza sobre *O local da cultura* (2003), numa abordagem da identidade do eu e do outro a partir da ambivalência do discurso colonial; e Frantz Fanon com seu estudo sobre a colonização e a descolonização em *Os condenados da terra* (2002).

Palavras-Chave: Barbárie; Colonização; Crime; Índios do Putumayo.

## ABSTRACT

In this study I propose to conduct an investigative reading of *O paraíso do diabo* The Devil's Paradise, written by the American engineer and missionary, Walter Ernest Hardenburg (1866-1942). I aim is to analyze the crimes and barbarities that occurred in the Putumayo River Basin, on the triple border of Peru, Colombia and Brazil, during the rubber collection and production activities under the Peruvian Amazon Company (PAC). This company had headquarters in London (England), Manaus (Amazonas) and Iquitos (Peru), and its major shareholder was the Peruvian, Julio César Arana (1864- 1952). Through numerous criminal acts and barbarism, PAC officials forced the natives of the region to work under slavery. They were subjected to the greatest scourges and death, if they did not reached the rubber quota required by the company. The analysis is based on some theoretical notions on terror with Michael Taussig's theoretical notions on terror, *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem* (1993). Michel Foucault's discourse and power, formation and discursive practice as seen in *A ordem do discurso* (2010) and *A arqueologia do saber* (2002), also support my argument. These theoretical underpinning are complemented by Silviano Santiago's studies and concepts of Latin American in-between-discourse as presented in *A literatura nos trópicos*(2000). I propose to elaborate a conter-discourse in order to decolonize some notions of Amazon history. Tzvetan Todorov, in *A conquista da America* (2003) helps me to approach colonial discourse. Finally, the postcolonial thinker Franz Fanon offers us an important element for our discussion mainly with his studies on on colonization and strategies of decolonization in his *Os condenados da terra* (2002).

Keywords: Barbary; Colonization; Crime; Indians of Putumayo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Roger David Casement (1884- 1916) .....	16
<b>Figura 2 -</b>	Walter Ernest Hardenburg (1886- 1942) .....	34
<b>Figura 3 -</b>	Julio César Arana (1864- 1952) .....	45
<b>Figura 4 -</b>	Cepo .....	60
<b>Figura 5 -</b>	Índios da Região do Putumayo.....	71
<b>Figura 6 -</b>	Meninas em Aldeia do Putumayo. Foto de Roger Casement .....	76
<b>Figura 7 -</b>	Menino com as “marcas de Arana” nas nádegas .....	81
<b>Figura 8 -</b>	Índios levados para a Inglaterra por Roger Casement .....	82



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1. DA BORRACHA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNDO .....</b>	<b>22</b>
1.1 Os olhares estrangeiros voltados para a Amazônia .....	26
1.2 A borracha e a ganância humana na região do Putumayo .....	30
<b>2. O PARAÍSO DO DIABO .....</b>	<b>34</b>
2.1 O paraíso e o diabo .....	46
2.2 Resenhando o Paraíso do Diabo .....	51
2.3 A empresa “civilizadora” .....	59
<b>3. AS ATROCIDADES DO PUTUMAYO .....</b>	<b>64</b>
3.1 Trabalho forçado associado ao sistema de endividamento.....	70
3.2 O concubinato com índias jovens .....	76
3.3 A venda de crianças indígenas .....	81
<b>RECAPITULAÇÃO .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Durante uma viagem fluvial ao Alto Solimões, na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, no início de janeiro de 2017, tornou-se mais compreensível a geografia dos rios espaiada nos relatos de viajantes europeus ou norte-americanos, que têm a Amazônia como temática de suas crônicas. Nessa busca de construção de sentidos para um estudo voltado para as viagens ao mundo do outro, uma tênue linha ligava-me à Amazônia dos viajantes. Em “O rei Davi”, navio que fazia viagens de Manaus/AM para Tabatinga/AM e vice-versa, transportando carga e passageiros, uma mistura de raças, de gostos, de nacionalidades (brasileiros, franceses, cubanos, americanos, turcos, argentinos, etc.), um caleidoscópio colorido de ritmos “calientes” seguia adiante com seus sonhos, objetivos, fossem simplesmente de conhecer a fronteira, ou de explorar os lugares e, em alguns casos, conhecer a si mesmos.

Com o desejo de compreender *in loco* a geografia dos rios, o olhar procurava incessantemente as águas barrentas do Solimões e construía uma geografia dos sentidos, do real, do geograficamente localizável. Na bagagem, alguns relatos de viajantes, que estiveram nessas paragens amazônicas, faziam da viagem uma experiência transcendental que intercalava imagens reais e imaginárias. *O Diário do Padre Samuel Fritz* (2006), *Viagem pelo rio Amazonas* (2006), *O paraíso do Diabo*<sup>1</sup>(2016), meu objeto de estudo no Mestrado Acadêmico em Estudos Literários, faziam parte de minha biblioteca viajante. A leitura e as releituras dessas viagens, em especial o relato de Walter Hardenburg, transportavam-me para águas vermelhas como o sangue das vítimas, que tiveram suas vidas ceifadas em nome do capital e do poder; de homens que construíram seu império, em sua maioria, através da imposição do medo, da coerção, do terror e da morte, durante o período da extração da borracha na Amazônia. Dessas vítimas, os povos indígenas foram os mais prejudicados, pois de acordo com Charles Reginald Enock, autor da introdução de *O Paraíso do Diabo*, quando da 1ª edição da obra no ano de 1912, em Nova York, “como tem sido em todo vale amazônico; calcula-se que no Putumayo,

---

<sup>1</sup>Vale salientar que não estou estudando a obra em inglês (1912), e sim a tradução feita pelo escritor e tradutor Hélio Rocha, publicada pela editora Scienza (2016).

[os indígenas] foram reduzidos de quarenta ou cinquenta mil para menos de dez mil" (HARDENBURG, 2016, p.14).

Voltando à minha viagem ao Alto Amazonas e fazendo uma relação interpretativa com o sábio Salomão, embarquei no navio "O rei Davi" em busca da sabedoria desse personagem bíblico. Essa busca tinha como objetivo o encontro imagético e, quiçá, transcendental, com os fantasmas do jornalista peruano Benjamin Sandaña Rocca, com o aventureiro norte-americano Walter Hardenburg, com o cônsul britânico David Roger Casement e com *Arana, rey del caucho*, todos eles ligados, de alguma forma, ao meu objeto de estudo.

No Alto Amazonas/Solimões, percebi que o relato das aventuras e desventuras de Hardenburg pelo Putumayo e alguns de seus afluentes vai tornando-se cada vez mais compreensível e crível, não sendo tão difícil entender as localizações geográficas dos diversos espaços humanos, das construções culturais e sociais que formam essa malha fluvial e terrestre.

No trajeto rumo às cabeceiras do Amazonas, passamos por Santo Antônio do Içá, município homônimo do rio, pois o Putumayo, em território brasileiro, é nomeado Içá. No entanto, não adentrei essa veia aquífera, pois "O rei Davi" seguiu pelo rio Amazonas. Olhando o mapa da região, intuí que, ao subir pelo Içá, chega-se ao Distrito de Juí e, um pouco mais acima, ao Ipiranga, o último povoado em território brasileiro. A partir desse ponto, o Içá passa a ser chamado Putumayo, já em território colombiano. "O rei Davi" prosseguiu, pois o nosso porto final era Tabatinga<sup>2</sup>/AM, cidade fronteiriça. Dali segui para Benjamin Constant/AM, Atalaia do Norte/AM, Letícia, na Colômbia e o destino final, Iquitos, a capital de Loreto, no Peru.

Chegando a Tabatinga, atravessei o rio em uma embarcação pequena, conhecida como "rabeta", para Santa Rosa, território peruano, e fui ao posto de migração, onde obtive permissão para a entrada no país. No dia seguinte, às cinco da manhã, embarquei na lancha Condor II e zarpei rumo à cidade de Iquitos. Meu intento era adquirir mais dados sobre Julio César Arana, já que de acordo com a historiografia, ele tinha um escritório na esquina da rua San Martín com a Prospero, no centro de Iquitos, nos anos áureos da borracha.

---

<sup>2</sup> De acordo com Paul Marcoy, "Tabatinga, ou mais propriamente Tauatinga, é um posto fortificado que data de 1766. Sua criação deve-se ao alferes Francisco Coelho. Ainda de acordo com esse escritor, Tabatinga, [é] o primeiro porto brasileiro que se encontra ao deixar o Peru, situado na margem esquerda do Amazonas" (MARCOY, 2006 p.55).

Vale salientar que Arana também tinha um escritório em Manaus, na Marechal Deodoro, nº 47<sup>3</sup> e outro em Londres, na Solisbury House em London Wall.<sup>4</sup>

Desembarcando em Iquitos, peguei um motokar, uma moto com uma cobertura que parece uma pequena carruagem. Julio, o motorista, que me conduziu pela cidade e, no primeiro momento, o encanto pelo lugar, a beleza da natureza andina, misturada com uma arquitetura europeia, advinda, provavelmente, do período da borracha, deixou-me extasiada. Julio falava um pouco de português e, em uma mistura de línguas, inglesa e espanhola, de fácil compreensão por um brasileiro. Como precisava trocar a moeda brasileira pela peruana, pedi que me levasse a uma casa de câmbio. Depois de uma corrida desvairada, pois os motoristas ultrapassavam uns aos outros de forma inconsequente, chegamos a um pequeno espaço, no centro da cidade, no qual uma senhora fez o “cambio” do real para o sol, moeda peruana. Fiquei muito apreensiva ao perceber que a nossa moeda, o real, estava bem desvalorizada em relação à deles. Depois da troca de moedas, Julio me deixou em um hotel, o “Inkas home 4”, um belo prédio de arquitetura moderna e arrojada, construído recentemente.

No dia seguinte, fiz um passeio pela cidade à procura da editora CETA, Centro de Estudos Teológicos do Amazonas, que o peruano Fred Spinoza, professor universitário da Universidade Estadual do Amazonas, campus de Tabatinga/AM e dono de uma pequena livraria de literatura amazônica no mercado municipal daquela cidade, havia indicado. Fred Spinoza é o codinome para Freddy Orlando Espinoza Cárdenas, autor da obra *La Vorágine de Euclides da Cunha* (2014).

Depois de muitas caminhadas pelas ruas de Iquitos, cheguei à CETA, na rua Putumayo, nº 155. Ali encontrei Rosa Alejandra Schindler Catalão, uma religiosa que atendeu-me muito bem e mostrou-me livros que me ajudariam na minha pesquisa. Visitei o “Amazon Eco Museos E.I.R.L, na Malecón Tarapacá, nº 332. Vestimentas, utensílios e artesanatos dos vários povos indígenas da Amazônia peruana e colombiana estavam expostos para apreciação pelos visitantes. No museu, havia muitas informações sobre os índios Huitoto. Há diversas tarjetas sobre os Bora-Huitoto, que é o mesmo povo, que, por

---

<sup>3</sup>*The River that God forgot*, Charles Collier.

<sup>4</sup>*Arana, rey del caucho*, Ovidio Lago.

inúmeras razões, se dividiram em diferentes etnias. De acordo com o relatório do cônsul britânico, Roger Casement, que está inserido no relato de Hardenburg, e que foi apresentado no dia 17 de março de 1911 ao Sir Edward Grey, secretário do Ministério das Relações Exteriores, em Londres, “A maior tribo denomina-se Huitoto, um povo meigo e inofensivo subdividido em muitas subtribos ou famílias, vivendo nas cercanias, e governadas por seu próprio cacique hereditário ou *capitán* (HARDENBURG,2016 p.178).

No dia seguinte, precisei retornar à Tabatinga. Era domingo. Embarquei na lancha “Flipper”, descendo o rio Amazonas com suas águas barrentas e misteriosas, que guardam muitos segredos. Depois de doze horas de viagem cheguei a Tabatinga e me hospedei novamente no Novo Hotel. Na segunda-feira, logo cedo, saí do hotel destinada a encontrar a casa dos Irmãos Maristas, ordem religiosa pertencente a igreja católica, em Tabatinga. O objetivo dessa visita à casa dos Irmãos Maristas era visitar a sua biblioteca, pois segundo o meu orientador no curso de Mestrado, existia um grande acervo de obras amazônicas naquele local, na rua Hullaga, 155. Ali fui recebida pela irmã Verônica, que me apresentou todo o acervo de obras amazônicas; permaneci no local toda a manhã e não só estudei, como fotografei obras raras sobre a Amazônia.

Na terça-feira, dia do meu retorno a Manaus, levantei-me cedo, fiz mais uma visita ao mercado municipal, comprei algumas frutas para levar na viagem a Manaus e segui para o porto. Ao chegar no local para comprar minha passagem no barco, encontrei muitos passageiros e um certo tumulto de bagagens. O local era o porto particular Voyage, devido ao porto fluvial de Tabatinga está interditado. Permaneci ali por algumas horas. Todos os passageiros precisavam passar pela “revista”, que consistia numa averiguação de policiais federais. Depois de algumas horas, policiais com enormes cachorros entraram no prédio e ordenaram que os passageiros ficassem numa fila, perto de suas respectivas bagagens. Em seguida os cachorros adestrados da Polícia Federal passaram farejando as bagagens. Foi tudo muito rápido e todos os passageiros foram liberados para embarcar no N/Monteiro II, um navio com capacidade para 706 pessoas. Ao embarcarmos, o colorido das redes, a mistura de raças, de sotaques fazia parte do cenário. A viagem descendo o rio Amazonas foi tranquila e durou três dias. No percurso passamos novamente

por pequenos municípios do Amazonas. A cada parada, alguns passageiros embarcavam e outros desembarcavam. Também entrava e saía mercadorias, alimentos, bebidas, etc. Pude observar que os tripulantes embarcaram muitos peixes, enormes pirarucus, que os carregadores, curvados com o peso do peixe, subiam as rampas do barco com dificuldades.

O retorno até Manaus foi tranquilo; chegamos ao porto fluvial Roadway às 18:00, horário local. Todos os passageiros, apressados, tentavam desembarcar ao mesmo tempo; os tripulantes, em um vai e vem frenético, desembarcavam as mercadorias. Ao sair do navio, procurei um taxi que pudesse me levar ao Largo de São Sebastião, pois pretendia hospedar-me no Hotel 10 de Julho.

A noite em Manaus parecia tranquila. O Teatro Amazonas, com todo o seu esplendor advindo da ostentação que o período da borracha podia proporcionar aos manauenses, estava fechado, mas as pessoas andavam ao redor apreciando o jardim com suas musas: Callíope, Euterpe, Meupômene e Thalia. O Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, é uma mostra do que foi a riqueza e o luxo em Manaus na época do *boom* da borracha.

Cheguei àquela cidade exatamente no dia de São Sebastião e, assim, na Igreja próxima ao Teatro Amazonas, os fiéis comemoravam o dia desse santo. No bar do Armando, os boêmios festejavam a vida regados a cerveja e música ao vivo. Tudo parecia tão idílico que fiquei a imaginar os tempos do boom da borracha com seus coronéis, homens poderosos que mandavam na cidade e determinavam o ritmo da vida dos manauenses. Nas palavras do escritor amazonense, Marcio Souza:

O Amazonas nunca foi tão alienado quanto durante o “ciclo da borracha”. Se ainda era possível reconhecer uma identidade na velha ordem mercantilista, o chamado *boom* da borracha jogou-a por terra. Frente ao enriquecimento rápido e às facilidades orçamentárias, as lideranças amazonenses perderam todas as perspectivas, sobretudo as da própria região. De acordo com a cotação da hévea, a região devia ser sempre mitificada e esquecida (SOUZA, 1977, p.87).

Ao amanhecer, sábado, saí pelas ruas de Manaus para encontrar o prédio do antigo escritório de J.C. Arana, o provável endereço seria, de acordo

com Richard Collier, em sua obra *The River that God Forgot*, na rua Marechal Deodoro, número 41. Nas ruas, o silêncio de uma manhã preguiçosa que nascia. Depois de algumas quadras e de muitas paradas para perguntar aos transeuntes sobre a rua Marechal Deodoro, encontrei o prédio em que, numa daquelas salas, J.C. Arana comandou seus negócios durante o período da borracha. O prédio estava lá, imponente, resistente ao tempo. Já não tinha a mesma estrutura, havia uma nova fachada, com um letreiro bem visível no qual estava escrito “Galeria Baré – O mundo encantado de suas compras”. Fotografei, conversei com um comerciante que estava na calçada, perguntei se ele sabia sobre a história daquele prédio, se ele já ouvira falar em J.C. Arana, mas, como sempre, as pessoas não sabiam. Assim como no Peru, no Brasil também o nome do Arana parecia ter sido silenciado.

A partir desse ponto encerrarei o relato sobre essa viagem a Iquitos, e passarei aos objetivos desta pesquisa assim como, as personagens históricas da obra *O paraíso do diabo* (2016). Nesta dissertação, analisarei as denúncias das atrocidades cometidas contra os índios Huitoto, Bora, Andoke, Muinanes e Recigaros, na região do rio Putumayo, fronteira do Peru, Colômbia e Brasil, por empregados da *Peruvian Amazon Company* (PAC), empresa que tinha sede em Iquitos, em Manaus e Londres. O sócio majoritário dessa empresa era o seringalista J. C. Arana, peruano de Rioja, no Peru. Analisarei também a construção dos elementos estruturais internos e externos da narrativa por meio da atuação das personagens, a reconstrução dos cenários, dos espaços de tortura, bem como a relação entre o histórico e o literário na composição do relato.

Quanto às personagens, seguindo uma ordem cronológica dos fatos, apresentarei primeiramente o jornalista Benjamin Saldaña Rocca que, por meio dos periódicos *La Sanción* e *La Felpa*, foi o primeiro a denunciar os crimes contra os índios da bacia do Putumayo. Infelizmente, não foi possível encontrar muitos dados sobre Benjamin Saldãna Rocca, que foi morto no dia 17 de abril de 1912. De acordo com o artigo publicado no jornal de Iquitos de 15 de abril de 2009, o jornalista foi assassinado na cidade de Cerro de Pasco, na Colômbia. Ainda de acordo com o artigo, Saldaña Rocca viveu na clandestinidade, mudando-se de cidade constantemente, pois depois que

denunciou os maus-tratos dos índios pelos homens de Julio César Arana, vivia sob ameaça de morte, o que de fato ocorreu na data citada.

Quanto ao norte-americano Walter Ernest Hardenburg (1886-1946), autor do relato em estudo, era um aventureiro e ativista antiescravista norte-americano que é lembrado, principalmente, por suas denúncias das atrocidades aos os indígenas do Putumayo.

O autor da tradução e da apresentação da obra *O Paraíso do Diabo* afirma que Hardenburg era filho de um comerciante agrícola; cresceu em Youngsville, Nova York, numa comunidade religiosa Metodista. Após a conclusão do ensino médio, em 1903, trabalhou na marinha dos Estados Unidos, mas logo foi procurar riquezas como handy-man (“faz-tudo”) no Panamá, no início da construção do canal. De lá seguiu para a Colômbia, como topógrafo, onde conseguiu emprego como agrimensor de obras ferroviárias no departamento de Cauca.

Devido à instabilidade política e aos baixos salários depois da “guerra civil”, Hardenburg pediu demissão de seu trabalho e decidiu tentar arranjar emprego no Brasil, na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, que estava em construção desde julho de 1907. Assim, saiu de Buenaventura rumo à Amazônia brasileira em companhia de seu amigo W. B. Perkins. O plano era chegar ao Brasil no início de fevereiro e sobreviver, até arranjar emprego, a custo das vendas de algumas mercadorias para os indígenas e os colonos da região. O negócio não logrou sucesso e em janeiro de 1908, os dois viajantes tinham chegado tão somente ao Putumayo colombiano, na fronteira com o Peru, numa região incorporada à economia do *boom* da borracha, onde foram aprisionados.

No trajeto da viagem fizeram contato com David Serrano, um empresário colombiano da estação de borracha *La Reserva*, às margens do rio Caraparaná, com quem por pouco os dois viajantes não se tornaram sócios. No entanto, os planos fracassaram em 11 de fevereiro de 1908, quando Hardenburg e Perkins foram detidos por um grupo de homens armados da PAC, na estação *La Argélia*, que saqueou *La Reserva* levando Serrano e sua família como reféns.

Durante as semanas que se seguiram, Hardenburg afirmou ter testemunhado os piores crimes e torturas praticados pela Peruvian Amazon



Company contra os índios cortadores de seringa, que eram submetidos a um regime de terror e ao sistema de eterno endividamento. Após ameaças de processar a PAC, companhia inglesa registrada na Bolsa de Londres, Hardenburg e Perkins foram soltos. Enquanto Hardenburg segue para Iquitos no vapor Liberal Perkins permanece em El Encanto para recuperar a bagagem deles e só encontra Hardenburg em Iquitos alguns meses depois,

No final de abril, Perkins chegou sem nossa bagagem; porque os assassinos miseráveis de El Encanto, com a cobiça despertada pela ideia de obter alguma vantagem, roubaram tudo enquanto Perkins era mantido prisioneiro naquele lugar (HARDENBURG, 1916, p. 21).

Embora Perkins tivesse voltado para os Estados Unidos, Hardenburg ficou em Iquitos (região central de transações da empresa de Arana), trabalhando como professor de inglês e reunindo provas dos crimes da companhia, especialmente as denúncias feitas por Benjamin Saldaña Rocca, jornalista local que, como se previa, teve que fugir para Lima. Ovídio Lagos em sua obra *Arana, rey del caucho*, afirma que Hardenburg viveu mais de um ano em Iquitos: “Hardenburg vivió más de um año em Iquitos y algunas semanas en Manaos antes de abandonar definitivamente el Amazonas, al cual jamás regresó<sup>5</sup>” (LAGOS, 2005, p.150).

Enquanto estava em Iquitos, Hardenburg entrevistou Julio César Arana, que negou todas as denúncias e ofereceu indenização a Hardenburg pelo extravio de sua bagagem no Putumayo. Desconfiado de que J. C. Arana estava, maquiavelicamente, planejando silenciá-lo, Hardenburg viajou para Manaus em junho de 1909 e um mês depois chegou a Londres, onde procurou a ajuda do Reverendo John Harris, secretário da Anti-Slavery and Aborigines Protection Society, uma instituição humanitária.

O Reverendo Harris apresentou Hardenburg aos editores da revista *Truth*, que assumiu oficialmente e financeiramente a causa da escravidão no Putumayo, iniciando, em setembro de 1909, com a publicação de um artigo: “The Devil’s Paradise: A British Owned Congo”, devido à participação de numerosos acionistas ingleses na PAC. Depois de algum tempo, as denúncias

---

<sup>5</sup> Hardenburg passou mais de um ano em Iquitos e algumas semanas em Manaus antes de abandonar definitivamente a Amazônia, a qual jamais regressou. (Tradução minha).

de Hardenburg resultaram em um livro intitulado *The Putumayo: The Devil's Paradise* (1912). Tudo isso levou à criação de uma comissão especial parlamentar em Londres para investigar as atrocidades no Putumayo, muitas das quais eram alegadamente praticadas por capatazes barbadianos e, conseqüentemente, britânicos, pois esses funcionários da empresa se diziam súditos britânicos.

A evidência principal e terrível que confirmava as denúncias de Hardenburg foi o relatório elaborado pelo cônsul britânico, Roger Casement, cujo relatório está incluído no *Paraíso do diabo*. Casement é também personagem central do romance histórico *O sonho do celta*, de Mario Vargas Llosa.

Depois da investigação e da sanção – nunca levado a efeito pelas autoridades peruanas – aos membros da PAC, Hardenburg, embora tenha retornado esporadicamente a Londres para servir de testemunha durante o processo investigativo da comissão especial, pouco se envolveu com as investigações do Putumayo. Tempos depois, segundo Lagos (2005, p.205), Hardenburg casou-se com uma jovem irlandesa de 24 anos, Mary Feeney, e foi morar no Canadá.

**Figura 1-** Roger David Casement (1884- 1916)



Fonte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Roger\\_Casement](https://en.wikipedia.org/wiki/Roger_Casement)

Quanto a Roger David Casement (1884-1916), no papel de cônsul-geral britânico no Brasil, os estudiosos desse autor afirmam que ele realizou duas viagens ao Alto Amazonas, em 1910 e 1911, para investigar denúncias de atrocidades, de crimes e barbárie cometidas contra os súditos britânicos, os barbadianos. De acordo com Angus Mitchell (1916), na introdução do *Diário da Amazônia de Roger Casement*, “antes de partir para a Amazônia, Casement foi convidado a investigar o modo como eram tratados quase duzentos barbadianos, todos súditos britânicos recrutados em 1903 pelo diretor da PAC, Julio César Arana” (MITCHELL, 20016, p.21). Sendo assim, Casement havia sido designado pelo Ministério das Relações Exteriores para investigar os ocorridos no Putumayo por dois motivos: a Inglaterra recebeu notícias de que alguns empregados da PAC, que eram súditos britânicos, em especial, os barbadianos, estavam sofrendo violências físicas no processo da extração da borracha; outro motivo era que os nativos da região do Putumayo estavam sendo escravizados pelos empregados dessa empresa.

Roger Casement, que já era conhecido mundialmente como um defensor dos “direitos humanos”<sup>6</sup> quando veio à Amazônia, foi de suma importância ao mostrar para o mundo o quanto os índios do Putumayo estavam sendo dizimados pelos desmandos dos empregados da PAC. Ele conseguiu provar, com seus relatórios, que os índios estavam trabalhando como escravos na produção da borracha. Para Roger Casement não foi tão difícil provar tal realidade, pois, já havia vivenciado tais barbáries em um outro continente, a África, onde também presenciou dor e morte dos nativos do Congo, que estavam sob a mira de armas de fogo dos homens que trabalhavam para um rei, cruel e dissimulado, Leopoldo II da Bélgica. Segundo Adam Hochschild (1999), “foi em 1883 que Roger Casement, então com dezenove anos, fez sua primeira viagem ao Congo, trabalhando justamente como comissário de um navio da Elder Dempster” (HOCHSCHILD, 1999, p. 205). Permaneceu por certo tempo como empregador, inspetor, e missionário civil, mas logo descobre

---

<sup>6</sup> O termo direito humano não havia sido utilizado nos termos atuais, visto que foi somente nos anos de 1948 que a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Assembleia Geral, lançou a Declaração dos Direitos Humanos. Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: História – Direitos Humanos 60 anos depois - Marcio Falcão, Edição 49 – 06/04/2009.

a farsa que era o trabalho missionário do rei Leopoldo e, assim, resolveu sair da associação.

De volta à Inglaterra, Casement escreveu um relatório para o Ministério das Relações Exteriores, no qual relatava os abusos do reinado do rei Leopoldo II no Congo. A partir desse momento Casement se aliou ao jornalista E. D. Morel, que também vinha denunciando os desmandos do rei mencionado. Juntos, fundaram a Associação da Reforma do Congo. Em maio de 1903, o Ministério do Exterior da Grã-Bretanha enviou um telegrama para Casement, solicitando que o mesmo não só investigasse, mas também enviasse relatório sobre os ocorridos no Congo para o referido ministério.

A Irlanda, terra natal de Roger Casement, foi seu último projeto, como também seu despertar político para a libertação nacional de seu país. Como defensor dos direitos dos menos favorecidos, Roger Casement não poderia se afastar da causa pela libertação da Irlanda, que na época era colônia da Inglaterra. De acordo com Mitchell (2011), Roger Casement “criou fortes laços de amizade e alianças intelectuais com um grupo emergente de ativistas, com a intenção de construir uma Irlanda progressista e independente” (MITCHELL, 2011, p. 25). Entre essas amizades estava a historiadora Alice Stopford Green, que tinha grande influência nos altos círculos da sociedade britânica e que pode ter influenciado Casement na luta por uma Irlanda livre. Casement então se aliou a um grupo de intelectuais que lutava por ideais nacionais que pudessem livrar a Irlanda do jugo da Inglaterra.

Casement se tornou uma das principais figuras nas constantes campanhas para aquisição de fundos no intuito de ajudar nos movimentos nacionalistas em prol de uma Irlanda livre e, ainda segundo Mitchell, “em maio de 1914, conspirou, entre outros, com Alice Green para comprar e organizar um contrabando de armas da Alemanha para Dublin” (MITCHELL, 2011, p. 26). Acontece que Casement, nessa época, estava sob vigilância de agentes da inteligência britânica. Em 1916 ele foi preso, no dia 21 de abril, Sexta-Feira Santa, no movimento que ficou conhecido na história como O Levante da Páscoa, quando muitos revolucionários irlandeses foram presos e mortos.

A morte de Casement não se deu de imediato, pois foi levado da Irlanda para a Inglaterra, onde ficou aguardando julgamento na Torre de Londres, na prisão de Pentoville. E como nos afirma Mitchell, “Ao final de junho Casement

foi julgado por alta traição na Corte da Justiça Real e, após um julgamento surpreendente de quatro dias, foi considerado culpado e sentenciado à morte” (MITCHELL, 2011, p. 49).

Em 03 de agosto de 1916, Roger Casement foi enforcado. Não importava o que ele havia representado para a humanidade. Para a Corte Real Britânica ele foi apenas um traidor, um perverso sexual, como ficou conhecido na época, pois publicaram seus diários, nos quais, supostamente, descrevia suas relações sexuais com rapazes de diversas nações e etnias. Mas espera-se que o que mais deve importar aos estudiosos é o legado deixado por Casement e não suas intimidades.

O último dos personagens histórico aqui estudado, o seringalista Julio César Arana (1864 – 1952), um homem que conseguiu criar um império à custa, principalmente, do trabalho escravo de milhares de nativos da região do Putumayo. O garoto pobre nascido na cidade de Rioja, no Peru e que se casa com sua paixão de infância, Eleonora Zumaeta, tinha o espírito de homens de negócio que não se deixam abater por pouca coisa, nem mesmo pela floresta amazônica com todos seus perigos e suas doenças tropicais. Segundo Richard Collier em sua obra *The River That God Forgot*, quase vinte cinco anos da vida de Arana foram dedicados à selva, e mesmo assim ele odiou cada momento desse<sup>7</sup>.

A selva, tão odiada por Julio César Arana, serviu como espaço de terror para suas ambições. Os nativos foram forçados a trabalhar sob a mira do medo e do terror. Sua empresa fundada em 1903, ainda com o nome de La casa Arana Hermanos, dividia suas operações em dois grandes distritos: *El Encanto* e *La Chorrera*. Arana também buscou na política uma forma de poder; dessa forma ficava mais fácil esconder seus negócios clandestinos. No ano de 1902 foi eleito prefeito de Iquitos e senador do Departamento de Loreto em 1920.

Provavelmente o silenciamento relacionado aos crimes do Putumayo tenha sido forçado devido ao fato de Arana ter se tornado um homem tão influente, mas fica difícil entender o porquê desse silêncio ter permanecido por tantas décadas, porém na concepção do discurso latino-americano cunhada

---

<sup>7</sup> Almost twenty-five years of Arana's life were devoted to the jungle, and first to last he hated it (COLLIER, 1968, p.44).

por Silviano Santiago (2000), pode-se explicar a questão do silêncio, quando o autor nos faz refletir sobre o imperialismo como uma forma de silenciamento, mostrando-nos que “O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador” (SANTIAGO, 2000, p.17).

Os índios do Putumayo foram silenciados pela violência do colonialismo e tiveram sua cultura também modificada, pois a força de uma cultura sobre a outra produz uma sobreposição de valores e Julio César Arana foi com sua força advinda do capitalismo, do ganho a qualquer custo silenciou por décadas os nativos, por isso falar sobre Arana só pode ser falar contra, pois não há como esconder, o mal que esse cidadão impôs aos nativos da região do Putumayo.

Podemos também nos ater ao fato de como o ‘conquistador’, que foi Arana, fez o seu poder prevalecer e com isso silenciou, durante muitas décadas, seus crimes mais horríveis, pois como nos afirma Santiago, “Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta. Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua” (SANTIAGO, 2000, p.14).

Voltando ao objeto de estudo desta dissertação, mencionado anteriormente, *O paraíso do diabo*, faz-se necessário explicar o porquê da escolha da temática – crimes e barbárie contra indígenas na bacia do rio Putumayo – bem como o objetivo principal e os específicos, como está organizada esta dissertação e seu referencial teórico-metodológico.

Dessa forma, construo o primeiro capítulo fazendo uma retrospectiva sobre a borracha e seus desdobramentos no mundo, pois esse produto gomífero foi o estopim de tanta miséria na região. Descrevo, também, o olhar estrangeiro voltado para Amazônia.

No segundo capítulo, faço uma resenha da obra *O paraíso do diabo*, na qual insiro os principais pontos sobre a PAC e o seu sócio majoritário, Julio César Arana. Uma breve apresentação da viagem aventureira dos dois jovens Hardenburg e Perkins também está detalhada nessa parte da dissertação.

Para o terceiro capítulo, atendo-me, principalmente, nas atrocidades cometidas contra os índios da região do Putumayo e construo, seguindo o pensamento de Michael Taussig em sua obra *Xamanismo, Colonialismo e o*

*Homem Selvagem*, três parâmetros para falar dessas atrocidades: o trabalho forçado associado ao sistema de endividamento; o concubinato com índias jovens e a venda de crianças indígenas.

Exposto o percurso seguido neste trabalho, esclareço que inseri também algumas imagens; tanto de personagens histórico, quanto de alguns indígenas da região do Putumayo.

## 1. DA BORRACHA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNDO

*A selva transtorna o homem, desenvolvendo seus instintos mais desumanos: a crueldade invade a alma como espinho intrincado e a cobiça queima como febre. A ânsia por riquezas convalesce o corpo já desfalecido e o cheiro da borracha produz a loucura dos milhões.*

*A Voragem – José Eustasio Rivera*

De acordo com o francês Charles-Marie de La Condamine, em sua obra *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas* (2000), quando o cientista esteve na América Espanhola, especificamente no Peru, de 1735 a 1743) comandou uma expedição que tinha como objetivo principal verificar se a Terra tinha uma protuberância no equador ou nos polos; hipóteses dos astrônomos Isaac Newton, da Academia Real Britânica; e Jacques Cassini, da Academia de Ciências de Paris. O objetivo da expedição era resolver essa questão. La Condamine, como geógrafo, tinha papel fundamental e relevante nas ‘descobertas’ que relatava sobre o Novo Mundo. Foi dessa forma que ele escreveu sobre o “caucho”, um tipo de borracha encontrada na Amazônia.

A resina chamada “caucho” nos países da província de Quito vizinhos do mar é também comuníssima nas margens do Maranhão, e tem a mesma utilidade. Quando ela está fresca, dá-se-lhe com moldes a forma que se quer; ela é impenetrável à chuva, mas o que a torna digna de nota é a sua grande elasticidade. Fazem-se com elas garrafas que não são friáveis, e botas, e bolas ocas, que se achatam quando se apertam, mas que retornam a sua primitiva forma desde que livres (LA CONDAMINE, 2000 p.72).

Foram os franceses os primeiros a fazer publicidade da borracha, pois quando La Condamine retorna de sua viagem ao Novo Mundo, segundo Joe Jackson (2011), autor de *O ladrão no fim do mundo*, La Condamine “levou consigo amostras de borracha e relatos detalhados de suas características botânicas. Cunhou o termo “látex” a partir da palavra espanhola para “leite” (JACKSON, 2011 p.32).

Trevor Stephenson, em sua obra *Amazonía* (1942), também nos afirma que foi La Condamine quem introduziu, pela primeira vez, a borracha na



Europa: “El caucho fue introducido por primeira vez em Europa em el año 1736 por um famoso científico llamado de La Condamine queien viajó a la Amazonía y vivió entre las tribos indígenas<sup>8</sup>” (STEPHENSON, 1942 p.125).

Com o passar dos tempos e com as novas necessidades do mercado mundial, a região amazônica foi visitada por muitos exploradores e aventureiros. Muitos se instalaram na região com a intenção de enriquecer, como exemplo, Antonio Rodrigues Pereira Labre (1827-1899), ou como ficou conhecido na historiografia amazônica, Coronel Labre. Maranhense de nascimento, Labre, de acordo com Rocha, “fundou, organizou e governou uma cidade às margens do Rio Purus, nos anos de 1871” (ROCHA, 2016, p.3).

Devido à exploração da borracha e também de outros produtos naturais, muitos brasileiros e estrangeiros chegaram à Amazônia e se instalaram às margens dos seus inúmeros rios, acreditando que fosse um território vazio demograficamente e pronto para ser explorado. O Coronel Labre, como todos os colonizadores, fez parte desse contingente, não acreditava que os indígenas que habitavam a região pudessem ser os donos das terras onde moravam. E como nos afirma Rocha: “em fevereiro de 1871, Labre chega à região com seus escravos, grande número de famílias da província do Maranhão e mercadorias para fundar uma colônia de povoamento” (ROCHA, 2016, p.81).

A necessidade desses exploradores, como é o caso do Coronel Labre em fundar colônias de povoamento, explica-nos claramente o olhar colonizador que os mesmos tinham ao se instalar na região. E os nativos não foram respeitados. Na visão colonizadora do Coronel Labre, os índios deviam ser cristianizados e prestarem serviços aos homens brancos. Em seu relatório sobre o rio Purus, no ano de 1872, ele deixa isso bem explícito:

Convinha pois que o governo envidasse todos os esforços para arrancar-os d'esta degradação colonisando-os. Poderiam prestar valiosos serviços à lavoura, e serem cedidos a particulares, que os quisessem por contractos, mediante algumas vantagens. Para o bom resultado seria mui conveniente transportal-os insensivelmente para outros colonisadores, em outras províncias; no fim de três gerações estariam os seus descendentes civilizados, na lavoura, e o Estado teria homens uteis e aproveitáveis (LABRE, 1872).

---

<sup>8</sup> O caucho foi introduzido pela primeira vez na Europa no ano de 1736 por um famoso cientista conhecido por La Condamine que viajou para a Amazônia e viveu entre os indígenas.

A visão colonizadora de muitos homens que chegaram à Amazônia, como também de muitos colonos brasileiros, especialmente da metade do século XIX e início do XX, que é o interesse maior desta pesquisa, ajudou na disseminação de preconceitos contra os povos indígenas. Mas, como nos esclarece Eduardo Bueno na introdução da obra do Américo Vespúcio, *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*, “Que diferença fez se nem os índios nem seus costumes eram de modo como foram retratados? Foi assim que os europeus passaram a vê-los. O que interessava não era a verdade: era o ponto de vista” (2003, p.14). Portanto Coronel Labre foi apenas mais um de tantos outros que considera(va)m os índios mãos-de-obra ou até mesmo animais, homens que se acreditavam melhores que os índios e, dessa forma, invadiam as terras indígenas e, muitas vezes, transformava-os em seus empregados, ou escravos, como fez o peruano Julio César Arana, que com a descoberta da borracha e dos seus lucros exorbitantes, dominou a região do Putumayo e, através do crime e do terror, fez com que os nativos trabalhassem para seu enriquecimento.

Continuando o trajeto da borracha pelo mundo e especificamente pela Amazônia, nos atemos às palavras do pesquisador amazonense Antonio Loureiro, que em sua obra *A grande crise* (2008) nos esclarece sobre o súbito despertar mundial pela borracha, a grande corrida pelo ouro negro trazendo o ‘progresso’, mas, infelizmente, a destruição dos povos indígenas, pois foram usados de forma vil por homens inescrupulosos que acreditavam que podiam dominar os nativos a qualquer custo, obrigando-os a trabalhar na coleta do látex e na produção da borracha. Como podemos confirmar na citação a seguir:

Toda a mão-de-obra necessária à produção amazônica era então suprida pela população indígena, de número reduzido, ante os massacres e o escravismo predominante nos métodos de exploração extrativista da época colonial (LOUREIRO, 2008, p. 17).

O Ciclo da borracha no Brasil constituiu uma parte importante da história econômica e social do país e com ele veio a abundância e o luxo, principalmente nas cidades de Manaus e Belém. A história registra o auge do ciclo da borracha entre 1879 a 1912, tendo depois, no período da II Guerra

Mundial, certa ascensão quando novamente milhares de pessoas adentraram a floresta amazônica com a ideia de trabalhar na extração do látex e na produção da borracha.

Na obra *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas* (2007), a historiadora Maria Verônica Secreto discorre sobre esse período, o segundo Ciclo da borracha no Brasil, no qual muitos nordestinos foram recrutados e trazidos para a floresta amazônica. E de acordo com Secreto, o controle do Japão sobre a borracha asiática fez com que o Brasil fosse mais uma vez um exportador de borracha, sobretudo para Estados Unidos da América, como nos explica a escritora:

O desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial e acordos assinados em 1942 em Washington condicionaram a política externa do Brasil, além da ocupação e da exploração dos espaços internos. O controle japonês do abastecimento de borracha colocou aos aliados mais uma dificuldade: conseguir rapidamente um fornecedor de borracha, sobretudo para a indústria bélica. O ingresso dos Estados Unidos na guerra tirou o Brasil da neutralidade, comprometendo-o a produzir “mais borracha em menos tempo” (SECRETO, 2007, p.8).

Desse feito surgiu, mais uma vez, as políticas públicas que enviaram mais pessoas para a Amazônia. Os “soldados da borracha”, como ficaram conhecidos, foram levados por um sonho de ganhar dinheiro e defender o Brasil dos alemães, como ditava a política do governo Getúlio Vargas. Os soldados da borracha não sabiam que estavam sendo levados para a exploração e até mesmo para a morte, pois na floresta iam encontrar doenças tropicais como a malária, beribéri e tantas outras. A historiadora Maria Verônica Secreto nos adverte ainda que o projeto do presidente Getúlio Vargas era formado de duas etapas: o Estado encaminhava os trabalhadores até os seringais e os seringalistas se comprometiam com as demais condições do trabalhador dali por diante. Assim, esclarece Secreto (2007),

Os trabalhadores engajados nessa campanha – os soldados da borracha – tiveram seus direitos e obrigações selados por meio de um contrato que dividia em duas partes. Na primeira, o Estado se responsabilizava por seu encaminhamento até os seringais em determinadas condições; na segunda, o dono do seringal se comprometia a cumprir uma série de outras condições (SECRETO, 2007, p. 8).

Como os seringais tinham suas próprias leis, nas quais os homens eram tratados em regime de escravidão, os soldados da borracha, assim como os nativos do Putumayo, foram submetidos a condições desumanas de trabalho escravo. Carlos Corrêa Teixeira (2009), em sua obra *Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia* esclarece que “o seringal se caracteriza como uma forma de produção em que o homem se vê absorvido pelo trabalho e, além disso, submetido às contaminações místicas da natureza” (2009, p.135). Os seringais da Amazônia foram dotados dessa força que transformava homens em escravos e alguns donos de seringais, assim como o seringalista Julio César Arana lucrou com essa prática. A Amazônia teve, ao longo da história, muitos colonizadores prontos para explorarem a “o inferno verde”, assunto que será tratado na seção a seguir.

### **1.1 Os olhares estrangeiros voltados para a Amazônia**

Graças à descoberta da vulcanização por Charles Goodyear, ou seja, “adicionar enxofre quente à borracha quente, a fim de torná-la mais elástica e resistente” (TAUSSIG, 1993, p.104), o látex foi comercializado e industrializado e, para que todo esse processo acontecesse, os “homens de negócios” precisavam de mão de obra. Isso se deu em pleno século XIX e uma forma que muitos barões da borracha encontraram foi usar o próprio nativo como mão de obra para conseguir essa proeza. Sobre esse assunto, Secreto afirma que “a exploração da borracha foi desatada, acompanhando o processo de industrialização e gerando histórias de cobiça e crueldade” (2007, p.64). Ainda, nas palavras dessa historiadora, Julio César Arana foi um desses exploradores. Na sua concepção,

O barão sul-americano da borracha, Júlio César Arana, protagonizou o capítulo mais sórdido dessa história. Nos 12 anos em que operou no rio Putumayo, na Amazônia colombiana, a população indígena foi dizimada, passando de 30 mil para 8 mil habitantes (2007, p. 64).

No Brasil, há relatos de muitos viajantes estrangeiros explorando a Amazônia. Aventureiros e estudiosos da fauna e da flora, do século XVI em diante, sempre estiveram “visitando” a região. De acordo com Hélio Rocha,

“Alguns em busca de observar cientificamente sua fauna, flora e populações nativas. Outros vinham em busca de aventuras e riquezas divulgadas nos folhetins e por viajantes estrangeiros em seus relatos de viagem aos trópicos amazônicos” (ROCHA, 2016 p.53).

A história da borracha foi marcada por grandes projetos e, principalmente na Amazônia, os exploradores mantiveram seus interesses e, assim como o mito do *Eldorado*, o mito do ouro em abundância, das riquezas que a floresta podia oferecer aos homens, os conquistadores adentraram a floresta em um frenesi constante, assim como fez o inglês Henry Wickham que, em 1876, contrabandeou cerca de 70 mil sementes de seringueiras da floresta amazônica, na região do rio Tapajós, para o Jardim Botânico de Kew, em Londres. Sobre essa questão, Joe Jackson (2011), em obra citada anteriormente, explica como esse “cavalheiro” inglês conseguiu trapacear a Alfândega brasileira em Belém do Pará e levar as sementes das seringueiras, matando, com isso, o sonho de riqueza que os barões da borracha tinham, pois acreditavam que a borracha brasileira era insubstituível, sendo assim nunca iria faltar nas florestas amazônicas. Joe Jackson ainda nos esclarece que “De 1850 a 1913, o vale amazônico era a única fonte de borracha de alta qualidade do mundo, e as ambições das grandes potências transformaram a selva” (JACKSON, 2011 p.13).

Relacionado aos séculos XIX e XX, temos tipos diversos de homens interessados em ganhar dinheiro usando a floresta amazônica, como Julio César Arana. Foram muitos os que tiraram proveito do látex que as árvores lhes presenteavam; uns obtiveram sucesso, outros nem tanto, como é o caso do americano Henry Ford, o primeiro magnata dos negócios que em 1927 planejou tirar proveito da borracha brasileira e tomar o monopólio inglês; um empresário que acreditou que poderia construir uma cidade aos moldes americanos na selva amazônica e que esse projeto daria certo. Planejou todos os detalhes, sonhou com uma “missão civilizadora”, que mudaria a cultura dos seus trabalhadores brasileiros. Como nos afirma Greg Grandin (2009), “Ford mandou construir casas com telhados de madeira no estilo de Cape Cod para seus trabalhadores brasileiros e recomendou que eles plantassem jardins de flores e hortas e comessem pão de trigo integral e arroz integral” (GRANDIN, 2009, p.22).

Entrementes, Ford não contava com as adversidades da floresta amazônica, e seu projeto fracassou. O magnata dos negócios sobrepôs à cultura americana à amazônica, negligenciando os saberes locais. Ford, segundo Greg Grandin, acreditava ter “poder para impulsionar a humanidade” (2009, p. 101).

Os trabalhadores brasileiros em Fordlândia foram tratados com muita disciplina e um controle desnecessário que ia da alimentação aos modos comportamentais, pois Ford exigia que tudo fosse feito a seu modo e o trabalhador que não se submetesse, seria despedido. Os gerentes e supervisores americanos controlavam a vida desses trabalhadores brasileiros como se estivessem em Detroit, exigindo que se adaptassem aos padrões industriais, como nas fábricas da Ford nos Estados Unidos, porém esses americanos não se deram ao fato de que:

Na Amazônia a transição entre tempo agrícola e tempo industrial era muito mais súbita. Antes de chegar à Fordlândia, muitos trabalhadores da plantação que haviam vivido na região fixaram seu ritmo por dois relógios distintos, mas complementares. O primeiro era o sol, com sua ascensão e queda marcando o início e o fim do dia, seu ápice sinalizando a hora de ir para a sombra e dormir. O segundo era a alternância das estações: a maior parte do trabalho necessário à sobrevivência era feita durante os meses relativamente secos de junho a novembro (GRANDIN, 2009, p.227).

A forma industrial que Henry Ford desejava para Fordlândia ia contra os princípios e a cultura dos amazonidas, mas em nome do progresso a história da borracha tem então o seu percurso desviado, como um rio que os homens teimam em destruir, pois sabemos que a exploração da borracha é também a história do rio Amazonas e de seus afluentes. Esse rio máximo, o Amazonas, sempre esteve sob olhares estrangeiros, pois os poderosos tramam novos projetos audaciosos, que chamam de progresso. Márcio Souza, em *Mad Maria* (2002), através do personagem Collier, emite sua opinião irônica sobre o progresso: “Quer saber o que significa para mim o progresso? Uma política de ladrões enganando povos inteiros” (SOUZA, 2002, p.341). Há de se saber que o progresso, em um contexto geral, não é corrupção e ganância, mas em alguns casos o que se chama de progresso, é sim, uma grande trapaça

humana, na qual os mais espertos se aproveitam da situação para ludibriar os outros.

Em nome do progresso a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM 1907–1912) foi construída e fez com que homens livres se tornassem escravos do progresso, quando adentraram a selva amazônica para trabalhar num empreendimento que custou a vida de milhares de homens, vindos de muitas partes do planeta. Ainda de acordo com Márcio Souza, os trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré mais pareciam condenados de um campo de batalha:

Cada homem tinha o seu trabalho definido, e a jornada era de onze horas por dia, com direito a um intervalo para o almoço. Mas o aspecto de cada homem era igual, independente de sua nacionalidade. Todos estavam igualmente maltrapilhos, abatidos, esqueléticos, decrepitos como condenados de um campo de trabalhos forçados (SOUZA, 2002, p.20).

A EFMM foi construída sob a convicção de que levaria o progresso, que iria transportar a borracha brasileira e boliviana para outros países, mas tudo se desvaneceu no ar, como um sonho de Ícaro. O sonho de alguns homens de negócios, entre eles o empresário americano Percival Farquhar, que conseguiu terminar o projeto de construção da EFMM, terminou em tragédia, em fracasso. Porém, com a desvalorização da borracha brasileira nos anos subsequentes, a EFMM não deu o lucro que se esperava dela. De acordo com Manoel Rodrigues Ferreira (1961, p.168), “Desde que foi construída, em 1912, até 1931, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré nunca deu a renda que dela sempre se esperava”. E as razões para determinados prejuízos foram a crise da borracha que abalou o vale amazônico e a queda da bolsa de valores, que teve início na Bolsa de Nova York em outubro de 1929 e ao atingir o Brasil, ‘quebrou’ também a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O historiador Dante Ribeiro da Fonseca (2016) também escreve sobre a falência da Estrada de Ferro na apresentação da obra *História da Amazônia*. Segundo o autor, “o extrativismo da borracha entrou em crise por falta de competitividade no mercado mundial e a ferrovia, em 1931, anunciou que estava há muito em estágio falimentar” (2016, p. 12). Portanto a estrada que ia levar o progresso para o Brasil terminou em um monte de ferro retorcido e

deixado ao longo do caminho. Em vez de progresso, apenas uma história de dominação, subjugação do outro e fracasso.

Adorno e Horkheimer (1985) esclarecem que “Todo progresso da civilização tem renovado, ao mesmo tempo, a dominação e a perspectiva de seu abrandamento” (HORKHEIMER, 1985, p.50). Junto ao termo progresso pode-se usar o maniqueísmo, do bem e do mal, da riqueza e da pobreza, da evolução ou da destruição. Progresso pode ser apenas o discurso de dominação de povos mais favorecidos sobre povos dominados. Como referência a esta questão, temos o artigo “Tecnologias pós-coloniais: discurso do desenvolvimento, progresso e o contra discurso em *Mad Maria* de Márcio Souza e *A História do Ventriloquo* de Pauline Melville”, no qual Miguel Nenevé e Márcia Leticia Gomes afirmam: “A ideia do progresso confortável fundada na acumulação de riqueza e no completo domínio da natureza é desenvolvida por aqueles que têm o poder de decidir sobre a vida dos outros” (NENEVÉ; GOMES, 2015, p.176). O progresso pode ser apenas uma desculpa para o poder, a ganância humana, que foi o que aconteceu na região do Putumayo, como podemos comprovar no tópico a seguir.

## 1.2 A borracha e a ganância humana na região do Putumayo

De los centenares de ríos amazónicos, niinguno fue escenario de tanta tragedia, tanto horror, tanta degradación de la condición humana como el Putumayo<sup>9</sup>.

*Arana, el rey del caucho* - Ovidio Lago

Na linha de fogo que cruzava o imaginário dos nativos da região do Putumayo estava a *seringa*, ou a borracha amazônica, o látex que fazia os homens gananciosos enlouquecerem e destruírem suas vidas e tudo que estava ao seu redor. Como uma forma demoníaca de exterminação, trazia, como consequência, dor e morte, num ritual capitalista e macabro, no qual os “vencedores” - se assim podemos dizer - foram os mais fortes, os aventureiros que trapacearam, subjugaram e escravizaram os que não estavam preparados para as consequências que o capitalismo pode trazer aos homens. Dessa

---

<sup>9</sup> Dos centenários rios amazônicos, nenhum foi cenário de tanta tragédia, tanto horror, tanta degradação humana como o Putumayo.



forma, adentraremos a trilha da seringa e do *caucho* para termos uma ideia do que realmente aconteceu com os nativos da região do Putumayo com a chegada do homem branco à procura da borracha e dos lucros que ela poderia lhe trazer.

No início do primeiro ciclo da borracha na Amazônia, que de acordo com João Pacheco de Oliveira, em seu artigo “Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira”, ocorreu entre 1870 e 1911, o índio ainda era maioria. Mas, infelizmente, com as colonizações advindas, principalmente do século XIX, essa realidade foi transformada, pois de acordo com esse autor:

O século XIX, sobretudo a sua segunda metade, é aquele em que a expansão colonial se deu com maior intensidade, colocando os exploradores europeus frente a frente com as populações autóctones de diversas partes do mundo (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010, p. 22.)

As populações indígenas do Putumayo passaram pelas maldades do capitalismo, que na concepção do filósofo e crítico Frantz Fanon (2002), “O capitalismo, no seu período de desenvolvimento, via nas colônias uma fonte de matérias-primas que, manufaturadas, podiam ser lançadas no mercado europeu” (FANON, 2002, p.68). Diante desse quadro, foi que muitos homens usaram do colonialismo para dominar. Acreditando que os homens que estavam sendo colonizados eram seres inferiores, apenas humanos prontos para servirem aos ditos superiores, os colonizadores escravizaram e destruíram diversas etnias.

O cenário do Putumayo foi transformado por duas questões: a abundância de borracha no vale e a ganância humana. Como a borracha era o produto natural da floresta amazônica e estava à mercê de pessoas inescrupulosas, a ganância, esse sentimento que faz com que os homens sejam escravos do desejo de querer tudo só para si, o vale do Putumayo tornou-se o reino de um barão da borracha. Assim como Macbeth, o rei atormentado, personagem de William Shakespeare, que representa a personificação da ganância humana, J. C. Arana, “o rei do caucho”, também é um exemplo de quem tramou e foi às últimas consequências para que sua vontade de querer tudo para si fosse atendida. Só nos resta saber se, como

Macbeth, o senhor Arana teve o seu solilóquio afetado por seus crimes. Se varou noites atormentado pensando nas crianças mortas, nas mulheres estupradas, queimadas vivas, nos homens violentados, na floresta ensanguentada com o sangue das vítimas inocentes, que pagaram com suas vidas o preço da sua ganância, que desejou de modo constante, ser o dono do Putumayo.

A ganância humana no contexto amazônico trouxe a dizimação de milhares de povos indígenas. Os homens, na euforia pelo lucro que o látex iria lhes trazer, não se preocuparam nem com os nativos, nem com a floresta. Os caucheiros no Peru derrubavam sem piedade as árvores que iriam lhes dar o *caucho*. E esta era uma forma de destruição da floresta, pois as árvores não eram poupadas e não tinha um sistema de reflorestamento. No livro *O feiticeiro do Alto Amazonas*, Bruce Lamb recria a história ‘verdadeira’ de Manuel Córdova-Rios, um peruano da cidade de Iquitos que aos 15 anos foi capturado pelos índios HuniKui na região do Juruá, no Alto Amazonas. Córdova estava trabalhando como caucheiro quando os índios o capturaram. Ele ficou sete anos em companhia dos índios. Na obra há uma passagem explicativa sobre o processo para a retirada do látex:

O caucho – uma das maiores árvores da floresta – tem uma casca cinza, macia, cheia de látex leitoso, que forma a borracha. Não é fácil extrair o látex. Em primeiro lugar, todas as grandes raízes superficiais da árvore precisam ser descobertas ao longo do chão, e a vegetação rasteira tem que ser limpa em volta. Depois, pequenas depressões do formato de pires são cavadas com um facão, a intervalos de um metro ao longo das raízes, e depois forradas com folhas verdes. Enquanto os outros homens constroem uma plataforma de varas e cipós em volta do tronco principal da árvore, acima das raízes, as raízes do chão são sangradas. Quando a plataforma em volta do tronco está pronta, os homens do machado começam a derrubar a árvore. Isso é feito de forma tal a deixar a parte inferior do tronco no toco, formando um triângulo entre este e o chão. Assim, o tronco fica para cima, fora do chão, e pode ser facilmente sangrado (LAMB, 1985, p.95).

Como podemos constatar, a violência relacionada à borracha estava ligada ao nativo e à floresta, porque as árvores sangradas eram mortas, e os caucheiros, na ânsia de ganhar dinheiro, derrubavam todos os pés de cauchos que encontravam na mata. Assim é que, a violência foi um tema recorrente na

Amazônia durante os ciclos da borracha, fosse pela derrubada das árvores, fosse pelos assassinatos dos nativos. O seringueiro, forçado a um sistema brutal de sobrevivência, sofria as consequências de uma vida solitária e doentia. Sufocado pelos atravessadores, ou seja, os que lhe compravam o produto gomífero, e pelo dono do barracão, vivia uma vida hostil e sobrevivia às custas de um sonho, tornar-se rico e, assim, continuava trabalhando na mata, enfiado, durante certo tempo, no seu tapiri, fazendo a defumação do látex branco e transformando-o numa enorme pela enegrecida.

Na floresta, o nativo violentado, vê seu espaço usurpado, a sua vida ultrajada pelos invasores, que querem a todo custo o ouro branco, o látex que lhes darão riquezas. Sobre esse sistema de exploração, Walter Hardenburg afirma que “tal sistema organizado de coleta de látex e produção de borracha se presta a abusos num país onde cada homem dita sua lei” (2016, p.125). O autor se referia ao sistema peru de coleta de borracha e à violência sofrida pelos índios da região do Putumayo, tema do próximo capítulo desta pesquisa.

## 2. O PARAÍSO DO DIABO

A tradução que lhes apresento é, pois, uma viagem ao paraíso e ao inferno simultaneamente.

Apresentação de *O paraíso do diabo* elaborada por Hélio Rocha.

**Figura 2-** Walter Ernest Hardenburg (1886- 1942)



Fonte: <http://www.survivalinternational.org/articles/3282-rubber-boom>

*O paraíso do diabo*, como o próprio título e subtítulo tornam evidente, é um relato de viagem e testemunho das atrocidades do colonialismo na Amazônia peruana cometidas pela PAC contra os povos indígenas, principalmente os índios Huitoto, Bora, Andoque e Ocaina, na primeira década do século XX. O autor e testemunha é o norte-americano Walter Ernest Hardenburg (1886-1942), que denuncia as atrocidades cometidas pelos funcionários dessa empresa britânica com sede em Londres e Iquitos, no Peru. As atrocidades aconteceram na região do rio Putumayo, que nasce nas cordilheiras dos Andes e deságua à margem direita do rio Amazonas, onde está situada a sede do município brasileiro de Santo Antônio do Içá. Os dois principais afluentes do Putumayo, o Caraparaná e o Igaraparaná, ficam na

tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Sobre o nome do rio Içá, Paul Marcoy, em sua obra *Viagem pelo rio Amazonas* (2006), esclarece que “O nome Içá que lhes dão os brasileiros é o de um gracioso macaquinho de boca preta (*Pythecia*) que habita as matas ribeirinhas (MARCOY, 2006 p. 84).

Os crimes do Putumayo ocorreram nos idos de 1880 a 1912 e Hardenburg (2016) mostra em sua narrativa de teor testemunhal provas documentais suficientes para que o mundo dito “civilizado” tomasse conhecimento desses crimes e da barbárie que estavam acontecendo contra os nativos naquela região da Amazônia. Na concepção de Márcio Seligman-Silva:

O conceito de testemunho ganhou importância no último quarto do século XX por conta de uma série de atrocidades históricas cujos testemunhos começaram a ser publicados ou apresentados em forma de vídeo testemunho. Refiro-me às atrocidades da Segunda Guerra (campo de concentração, bombardeios, as bombas atômicas), das guerras de independência na Ásia e na África, assim como a guerra do Vietnã. Mas refiro-me também aos totalitarismos e às ditaduras latino-americanas. (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.10).

Os crimes do Putumayo tornaram-se uma mancha escura na história da humanidade. Hardenburg, como testemunha, pôde deixar um legado escrito de dor e morte, causadas por homens que não tinham consciência do mal que estavam praticando; o seringalista Julio César Arana foi o que mais praticou “a banalidade do mal”, pois foi também o que mais se beneficiou com a escravidão dos nativos da região.

Shoshana Felman, em seu ensaio “Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar”, esclarece que: “No testemunho, a linguagem está em processo e em julgamento, ela não possui a si mesma como uma conclusão, como constatação de um veredicto ou como saber em si transparente (SELIGMANN-SILVA, 2000, p.18). Dessa forma, a necessidade de confirmar os crimes que os nativos do Putumayo sofreram se torna latente nesta pesquisa. Assim, diante do exposto, fazem-se necessários elencar os principais tipos de atrocidades pelos quais os nativos passaram:

1. Os índios pacíficos do Putumayo são forçados a trabalhar dia e noite na produção de borracha, sem a menor

remuneração, exceto os alimentos necessários para mantê-los vivos;

2. São mantidos na mais completa nudez, muitos deles nem mesmo possuindo a bíblica folha de figueira;
3. São privados de suas culturas, de suas mulheres e de seus filhos para satisfazer a voracidade, a lascívia e avareza dessa empresa e de seus funcionários, que vivem do trabalho dos índios e violam as suas mulheres;
4. Os índios são vendidos a varejo e atacado em Iquitos, a preços que variam de £20 a £40 cada;
5. São açoitados desumanamente até que seus ossos fiquem à mostra e com os corpos cheios de feridas;
6. Não recebem nenhum tratamento médico e são deixados para morrer à míngua, comido por larvas, quando servem de alimento para os cães dos chefes;
7. São castrados e mutilados, e suas orelhas, dedos, braços e pernas são cortados;
8. São torturados no fogo e na água, e são amarrados e crucificados de cabeça para baixo;
9. As suas casas e plantações são queimadas e destruídas por diversão;
10. São cortados em pedaços e desmembrados com facas, machados e facões;
11. Seus filhos são amarrados pelos pés e suas cabeças são esmagadas contra árvores e paredes até que seus cérebros voem pelos ares;
12. Os índios idosos são mortos quando não são mais capazes de trabalhar para a empresa;
13. Disparam contra homens, mulheres e crianças para diversão dos funcionários ou para comemorar o *sábado de aleluia* ou, de preferência, são encharcados com querosene e ateiam-lhes fogo para que os funcionários possam desfrutar de sua agonia desesperada (HARDENBURG, 2016, p. 126).

Diante de tantas atrocidades, o próprio Hardenburg questiona o porquê das autoridades desses países permitirem que esses crimes acontecessem. Todavia, o próprio autor supõe que “O Peru não vai acabar com isso, porque a Peruvian Amazon Company está se instalando e ocupando o território

disputado em seu nome. A Colômbia e o Equador não podem, porque não estão em condições de brigar com o Peru” (HARDENBURG, 2016 p.127). E nesse emaranhado de questões, em que determinado país procura tirar vantagem, os indígenas pagaram um alto preço por ter deixado que pessoas estranhas se aproximassem de suas terras e de suas moradias e os subjugassem.

Para Lagos (2005, p. 57), Arana se aproveitou do fato de o governo peruano estar disposto a apoiar iniciativas, a conceder terras para o desenvolvimento da indústria do *caucho*. “Este viento que sopló en Iquitos favoreció Julio César Arana. Difícilmente hubiera podido construir su império en El Putumayo de no haber existido ese ambiente político<sup>10</sup>”. Ainda de acordo com Lagos, durante o período que viveu em Iquitos com Eleonora e suas filhas, “Arana, se caracterizou basicamente por ser um hábil negociante na aquisição do caucho, nas operações bancárias e nas relações com os caucheiros que recebiam suas mercadorias” (LAGOS, 2005, p.58)

Resta saber qual foi o parâmetro que os colonizadores que chegaram àquela região usaram para escravizar e matar inúmeros nativos. De acordo com o autor de *O paraíso do diabo*, os indígenas eram submetidos a condições desumanas de trabalho no corte e produção da borracha. Eles trabalhavam sem receber alimentos, tinham suas mulheres roubadas, estupradas e assassinadas. Além disso, quando não entregavam a cota exigida de borracha nas estações, eram açoitados até que seus ossos ficassem à mostra, e muitas vezes eram mortos à bala ou queimados vivos. Diante desses fatos, “o que prevalece não é o eu nem o outro, mas a alteridade do Eu perverso da identidade colonial” (BHABHA, 2003, p.75).

Homi Bhabha esclarece sobre a imagem do homem alienado, de alienação e identidade, dois processos que podem convergir para uma posição de transtorno, pois como se sabe, em qualquer processo de colonização, o que mais ocorre é o uso da maldade de homens que não respeitam o seu semelhante; homens que em nome dos lucros e da vontade exacerbada de ganhar sempre mais, escravizam e matam sem nenhum escrúpulo. Na introdução da obra *O paraíso do diabo*, Charles Reginaldo Enock relata sobre o

---

<sup>10</sup> O vento que soprou em Iquitos favoreceu Júlio César Arana que dificilmente teria construído seu império no Putumayo sem um ambiente político adequado.

massacre que os índios da região do Putumayo sofreram com o *boom* da “indústria” da borracha:

O número de índios da região do Putumayo diminuiu muito desde o boom da “indústria” da borracha, como tem sido em todo o vale amazônico; calcula-se que no Putumayo foram reduzidos de quarenta ou cinquenta mil para menos de dez mil, em parte por abusos e massacres, em parte por fugas para regiões mais remotas da selva, longe de seus perseguidores (HARNDENBURG2016, p.14).

O relatório de Roger Casement, cônsul britânico que viajou para a região do Putumayo com a missão de investigar as atrocidades cometidas contra os indígenas durante os anos de 1900 a 1911, também confirma essa estimativa, que cerca de trinta mil nativos foram dizimados na região do Putumayo. O relatório preparado por Roger Casement, que integrou uma Comissão de investigação parlamentar organizada pelo Ministério das Relações Exteriores, foi de suma importância para a apuração dos fatos. De acordo com Cantarino (2004), o nome Roger Casement provoca uma mistura de diferentes reações: um misto de mal estar, infidelidade, injustiça e um latente grito de liberdade. Roger Casement foi acima de tudo um defensor dos direitos humanos, mas, infelizmente, entrou para a história ao ser acusado e condenado à força, tido como um traidor da Coroa Britânica. A questão aqui não é questionar o caráter do Roger Casement, mas afirmar a importância do relatório desse irlandês para desvendar os horrores que os nativos do Congo e do Putumayo passaram nas mãos de homens inescrupulosos.

Entre os anos de 1895 e 1904, Roger Casement foi cônsul britânico na África e deixou documentada a tragédia do então Estado Livre do Congo, como podemos comprovar na citação a seguir “Ele testemunhou mulheres e crianças acorrentadas como reféns e homens sendo espancados durante a coleta de látex para a produção da borracha e registrou execuções em massa e terríveis mutilações” (CANTARINO, 2004, p28).

Roger Casement presenciou o mesmo tipo de sofrimento em dois continentes, pois assim como na África, na América do Sul homens também foram escravizados e mortos. Para Hardenburg, “aqueles que estudam a história do Congo vão ver no Putumayo precisamente as mesmas condições



que produziram os resultados lamentáveis nas operações das empresas belgas” (HARDENBURG, 2016, p. 126).

No romance *O coração das trevas*, Joseph Conrad (2009) também retrata parte do sofrimento dos nativos do Congo Belga. No artigo “O quintal de Leopoldo II” publicado na revista *Leituras da História*, Morgana Gomes afirma que “Em 1902, foi a vez de Joseph Conrad publicar o romance *Coração das Trevas*, baseado em sua breve experiência, que tivera dez anos antes, como capitão de um navio a vapor” (GOMES, 1917). O autor desse romance se inspirou na história real do massacre que os congoleses sofreram durante o reinado de Leopoldo II da Bélgica como monarca constitucional de 1865 a 1909. Ainda segundo Morgana Gomes,

O povo passou a receber o mínimo de alimentos, enquanto era forçado a trabalhar em tempo integral como escravos, para atender os interesses do rei belga. Se não bastasse, o monarca ainda instituiu as cotas de borracha, devidamente supervisionadas pela Força Pública, cujos policiais, em sua maioria, canibais do Lualaba, após receberem armas modernas e chicotes, passaram a açoitá-los, estuprar e torturar reféns. Além disso, eles matavam indiscriminadamente, incineravam aldeias e ainda extirpavam as mãos dos trabalhadores quando não cumpriam as exigências de produção (GOMES, 1917).

Desse modo, assim como no romance, na historiografia sobre essas ações atrozess também foram confirmados o horror e a maldade de homens que escravizavam os outros em nome de dinheiro e de poder. No jogo de interesses constantes por marfim e borracha, o nativo era apenas um meio que os oficiais belgas se utilizavam de forma vil para conseguir o que queriam.

Sendo assim, é que na obra *O fantasma do Rei Leopoldo*, Adam Hochschild retrata as atrocidades do colonialismo europeu na África. De acordo com Hochschild, entre 1815 e 1908, Leopoldo, que nunca pôs os pés no Congo, tirou de lá algo como um bilhão de dólares atuais em marfim, látex e minérios, sacrificando a metade da população do país em massacres, torturas, trabalho escravo extenuante, epidemias trazidas pelos colonizadores e fome coletiva provocada por sequestro de alimentos e êxodo forçado dos habitantes das aldeias (HOCHSCHILD, 1999).

O colonialismo deixa - como afirmam muitos críticos - marcas profundas de dor e medo nas pessoas que são subjugadas. Na concepção de Frantz Fanon (2002, p.64), “A colonização, ou a descolonização, é simplesmente uma relação de forças”. O que se percebe no relato de Hardenburg é um misto de violência, tragédia e dor imputadas ao nativo. Ao colonizar o outro se torna mais fácil mandar e até mesmo matar. Diante de tanto horror cometido contra os indígenas da região do Putumayo paira um estado sombrio de estupefação no qual o leitor pode se perguntar: como é possível em pleno século XX esse tipo de acontecimento? Mas, infelizmente, este questionamento fica sem uma resposta plausível diante de todos os fatos, pois como veremos na citação a seguir, o governo do Peru e a imprensa local estavam cientes da barbárie contra os indígenas daquela região. Hardenburg afirma que:

O governo peruano e a imprensa da República, há muito tempo estavam cientes de que os índios das regiões de florestas estavam sendo brutalmente explorados pelos seringueiros e comerciantes. Existiam também relatórios e artigos publicados por jornalistas, e por viajantes estrangeiros, mas o caso que mais se destacou foi o de um jornalista, o peruano Benjamin Saldaña Rocca (HARDENBURG, 2016, p.16).

Convém esclarecer que o jornalista peruano Benjamin Saldaña Rocca foi o primeiro a denunciar as violências que os índios estavam sofrendo. Seus artigos foram publicados nos periódicos *La Sanción* e *La Felpa* e mais tarde na imprensa de Lima, todas no ano de 1907. Mas ao que tudo indica, Saldaña Rocca perdeu sua vida devido a essas denúncias.

Segundo Hardenburg, os nativos não tinham proteção, não tinham amigos e isso facilitava a violência que eles sofriam e, ainda segundo o autor de *O Paraíso do Diabo*, “os índios nunca ouviram falar da existência de Deus, e suas mentes estão cauterizadas e entorpecidas pelos longos anos de atrocidades nas mãos desses monstros” (HARDENBURG, 2016, p.145).

De acordo com Eduardo Galeano (1988, p.53), por acreditarem que os índios não tinham alma, era normal escravizá-los e, por isso, os transformavam em “bestas de carga”. Na sua visão, “eram numerosos os teólogos e pensadores que não se convenceram com a Bula do Papa Paulo III, emitida em 1537, que tinha declarado os índios como verdadeiros homens”.

Diante de tudo isso, era comum que homens gananciosos e capitalistas se aproveitassem do trabalho dos indígenas para enriquecer de forma ilícita; provavelmente, o empresário J. C. Arana foi um desses homens que não acreditava que os indígenas fossem humanos, ou tivessem alma, e se aproveitou de seu “poder” político, pois como registra a História peruana, J. C. Arana foi prefeito em Iquitos no ano 1902, e senador do Departamento de Loreto no ano de 1920 e, assim, usou de uma “vara de medida” para decidir o “valor” de vidas humanas. Nesta parte, usaremos as palavras de Walter Mignolo, escritor argentino conhecido por seus escritos sobre colonização e geopolítica do conhecimento, que afirma:

O valor de vidas humanas a qual pertence a vida do enunciador, se torna uma vara de medida para avaliar outras vidas humanas que não têm opção intelectual e poder institucional para contar a história e classificar os eventos de acordo com uma classificação de vidas humanas: ou seja, de acordo com uma classificação racista (MIGNOLO, 2008, p.294).

Para J. C. Arana não deve ter sido difícil usar uma vara de medida ao avaliar as vidas dos nativos, pois Arana adentrou a selva e se sentiu o senhor soberano daquela região do Putumayo. Para tanto, cabe aqui as concepções da escritora canadense Mary Louise Pratt, que em sua obra *Os olhos do império*, relata que “os homens ao adentrarem na selva se encontram em um novo mundo, longe de todo comércio humano e que a selva continua sendo um mundo de fascinação e perigo” (1990, p. 49). A selva aqui como uma “zona de contato”. Sobre esse conceito, Mary Pratt esclarece que é o

(...) espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada (1990, p. 31).

A selva pode ser também um lugar de exploração, onde homens gananciosos adentram-na com o único objetivo de explorar, destruir e escravizar. Nas palavras do autor Hélio Rocha (2012), existem nesses espaços os desmandos do colonialismo. Tal afirmação nos leva a refletir sobre a

construção da ferrovia EFMM como um espaço de subjugação, onde homens sedentos de poder e de riquezas invadem o espaço verde da floresta e o transformam em um “*inferno verde*”, como assim denominou Alberto Rangel, seguindo, portanto, os passos de Alexander Humboldt. “Nas barrancas do rio Madeira, nas florestas intocadas desde sempre, homens enfurecidos, coléricos e ignorantes em relação ao ambiente amazônico e aos nativos, lutam para se fixar em uma extensão de terra” (ROCHA, 2012, p. 173).

Diante de todo esse quadro de relações de poder, fazemos uma reflexão sob olhares foucaultianos. Esse filósofo e historiador afirma que o poder é essencialmente repressivo. “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce” (FOUCAULT, 1988, p.175). O poder como repressão foi o que aconteceu com os nativos da região do Putumayo; homens, mulheres, crianças, todos escravizados por homens que cumpriam ordens de um empresário que queria enriquecer de forma rápida e ilícita, que precisava de mão de obra barata para a retirada da borracha do seu espaço natural para ser vendida nos grandes centros amazônicos da época, Iquitos, Manaus e Belém e dali para o mercado exterior. Segundo Leopoldo M. Bernucci em seu artigo “Reinado de horror: tortura na Amazônia durante o ciclo da borracha,” um dos métodos mais comum de subjugação usado contra os nativos foi a flagelação, prática que ali foi empregada não só para punir, mais também intimidar os nativos.

Retornando a Roger Casement, utilizamos uma passagem de seu relatório anexado à obra *O paraíso do diabo*, no qual discorre sobre as flagelações imputadas aos nativos,

Homens e mulheres eram suspensos pelos braços que, frequentemente, eram torcidos para trás das costas e amarrados aos pulsos, e nessa posição agonizante, com os pés pendurados acima do solo, eram açoitados nos membros inferiores e na região lombar. O instrumento usado para flagelação era invariavelmente uma tira torcida, ou várias tiras entrançadas juntas, feitas de couro seco de anta (HARDENBURG, 2016, p. 220).

Desta forma, o poder dos funcionários da PAC era advindo do medo e do terror e só existiam duas alternativas para o nativo: aceitar o jugo, ou

morrer. Muitos tentaram fugir, mas tiveram suas vidas ceifadas. Triste é saber que a barbárie está no âmbito do humano. Segundo Theodor Adorno (2003, p.159), “a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade”. Sob este ponto de vista, somente uma educação plena de valores universais como a ética e o respeito ao outro poderá evitar a barbárie e buscar a emancipação humana.

No relatório que Roger Casement apresentou ao Sir Edward Grey, Secretário do Ministério das Relações Exteriores, ele menciona a forma de escravidão a que os índios estavam sendo submetidos.

Os índios em quase toda parte davam provas de ser flagelados, em muitos casos, de ser brutalmente açoitados, e as marcas de chicote não se limitavam aos homens nem aos adultos. Mulheres e até mesmo crianças foram mais de uma vez vistas cheias de vergões deixados pelas tiras trançadas do chicote de couro de anta – que é o principal instrumento usado para coagir e aterrorizar a população nativa da região (HARDENBURG, 2016, p. 176).

O último capítulo de *O paraíso do diabo* foi feito a partir do relatório de Roger Casement. É a forma encontrada por Hardenburg para dar maior credibilidade à sua denúncia. Nesse capítulo podemos acompanhar a forma brutal em que os índios foram inseridos. Hardenburg inicia o capítulo explicando que “Mr. Casement foi ao Peru em Julho de 1910, e apresentou seu relatório em janeiro de 1911 (HARDENBURG, 2016, p.175).

Dessa forma, podemos fazer um percurso que nos leve aos fatos e nos mostre, através das palavras de Casement, os horrores que os índios sofreram nas mãos dos funcionários da PAC. De acordo com o seu relato, “As quatro principais tribos eram os Huitotos (pronuncia-se Witoto), os Boras, os Andokes e os Ocainas, com certas tribos menores, entre as quais os Ricigaros e os Muinanes” (HARDENBURG, 2016, p.190). Esses índios foram violentados de todas as formas possíveis por homens cruéis que prestavam serviços a uma empresa, a PAC. Segundo o relatório, que foi feito embasado principalmente nos relatos de alguns barbadianos:

Muitos dos atos praticados pelos agentes que conhecemos eram de uma descrição muito revoltante, e os barbadianos, sendo acusados desses encargos, não omitiram, em vários casos, porque também se acusavam de crimes chocantes cometidos, eles mesmos asseveraram, sob compulsão (HARDENBURG, 2016, p.177).

Ainda no relatório de Casement podemos constatar que, muitas vezes, os índios eram açoitados até a morte, num ritual macabro e violento no qual eles morriam alguns dias depois, pois sem tratamento adequado, as feridas infeccionavam e o pobre índio morria a caminho da aldeia onde morava:

Frequentemente os índios eram açoitados até a morte. Esses casos foram relatados a mim, onde os homens ou as mulheres tinham morrido, na verdade, debaixo de chicotadas, mas parece ter sido pouco frequente. Mortes devido os açoites geralmente ocorriam alguns dias depois destes intensos castigos, e nem sempre na estação onde as chicotadas tivessem sido aplicadas, mas a caminho da aldeia onde o infeliz morava (HARDENBURG, 2016, p.199).

Além dos castigos físicos, os índios eram submetidos a longas marchas pela mata para trazerem a borracha que os mesmos produziam, e essas marchas, segundo Casement, eram feitas sem nenhum alimento oferecido pela PAC, como podemos constatar no seguinte relato dado a Roger Casement pelo Señor Juan Tizon:

Nenhum alimento é dado pela empresa a esses infelizes nas marchas forçadas que, em média, ocorrem três vezes por ano. Eu mesmo testemunhei uma dessas marchas quando acompanhei uma caravana de cerca de duzentos Andokes e índios Boras (homens, mulheres e crianças) que deixaram a estação de Matanzas no dia 19 de outubro para pegar a borracha que tinham produzido durante os quatro ou cinco meses anteriores, na região do baixo Igaraparaná chamada Puerto Peruano (HARDENBURG, 2016, p.197).

Os índios eram também obrigados a construir as próprias moradias dos seus algozes, como nos afirma Roger Casement: “Na mata, os colonos brancos, desde o primeiro, obrigaram os índios a construir casas para eles (HARDENBURG, 2016, p.187). Como se pode perceber, os índios foram escravizados e usados para trabalhar, não só na produção da borracha como

também nas construções das casas dos funcionários da PAC, nas tarefas de limpeza dessas mesmas casas e do mato ao redor.

O relatório de Roger Casement foi de suma importância para que o mundo ficasse conhecendo os crimes do Putumayo. Sendo assim, o mundo dito civilizado - Estados Unidos e Inglaterra - ficou conhecendo os relatos de barbarie no Putumayo através de três homens que foram de extrema importância para esclarecer os eventos: o jornalista peruano Benjamin Saldaña Rocca, o escritor norte-americano Water Hardenburg e o irlandês Roger Casement. Homens que lutaram por uma causa, interromperam o círculo vicioso do mal que vinha dominando a região do Putumayo. O primeiro, Benjamin Saldaña Rocca, ofereceu a sua própria vida em sacrifício para poder ajudar os nativos, pois como se sabe ele desapareceu misteriosamente da região, provavelmente assassinado pelos capangas de Julio César Arana; o segundo, Hardenburg, só não foi morto porque era cidadão norte americano, mas correu sérios riscos, mesmo assim não desistiu de ajudar os nativos. Permaneceu no Peru, em Iquitos, ao que se sabe dando aulas particulares de inglês e investigando os crimes da empresa PAC. O terceiro, Roger Casement, viajou ao Alto Putumayo, investigou o que estava acontecendo, fez minuciosos relatórios que enviou para o Ministro das Relações Exteriores, Edward Grey. No tópico seguinte desta dissertação adentraremos na vida de J. C. Arana e seu paraíso.

## 2.1 O paraíso e o diabo

**Figura 3-** Julio César Arana (1864- 1952)



Fonte:Capa do Livro *Arana, Rey del Caucho*, de Ovidio Lagos

O paraíso e o diabo são dois acontecimentos distintos que se cruzam em determinado momento na história da colonização do Putumayo. O personagem histórico principal dessa trama, um homem sedento de riqueza e poder, os personagens secundários, os índios da região, e o cenário, o paraíso, a região do Putumayo, rio que nasce na Colômbia e passa pelo Equador e Peru até chegar ao Amazonas, no Brasil, com o nome Içá. Neste contexto, fazemos uma analogia da região do Putumayo com o paraíso e um determinado homem, Julio César Arana, como o diabo. Segundo Hardenburg,

Nos últimos anos da década de 1880, Julio Cesar Arana chegou a Iquitos sem eira nem beira, vendendo chapéu Panamá; mas em pouco tempo, com muita sorte e certa astúcia, de que é dotado, conseguiu construir um pequeno negócio fazendo regateio nos rios principais (HARDENBURG, 2016 p.135).

A riqueza de Julio César Arana foi construída em cima de cadáveres. Ao chegar à região do Putumayo, encontrou alguns caucheiros colombianos já instalados, mas isso não foi nenhum obstáculo para ele, que primeiro “fez parceria com Benjamin e Rafael Larrañaga, os proprietários dos estabelecimentos de La Chorrera” (HARDENBURG, 2016 p.136). Os colombianos já estavam trabalhando na região com o transporte da borracha;



eles foram os primeiros a explorar os índios para adquirirem a borracha da região, porém Julio César Arana conseguiu a desapropriação dos colombianos à força e através de negócios escusos e trapaças, como nos explica Hardenburg:

Em resposta às minhas perguntas sobre os projetos da *Peruvian Amazon Company* em relação aos assentamentos colombianos, Señor Duarte informou-me que há muito tempo o governo colombiano era consciente dessa questão, e que a referida empresa, com certa frequência, tinha oferecido dinheiro pelos assentamentos; como as propostas tinham sido recusadas a autocrítica companhia começou a persegui-los de várias maneiras, recusando-se a vendê-los suprimentos, comprando a borracha colombiana apenas com um grande desconto, roubando seus funcionários indígenas, etc. (HARDENBURG, 2016, p.97).

Para isso, Arana contou com a ajuda de seus familiares, o irmão Lizardo e os cunhados, Pablo Zumaeta e Abel Alarco. Então fundou a sua companhia do terror, a célebre *J.C Arana e Hermanos Company* no ano de 1903, com uma casa filial em Manaus, Amazonas, Brasil.

Ao que concerne a Andrew Gray (1990), foi no ano de 1889 que Júlio César Arana decidiu tentar a sorte em Iquitos, no Peru. De acordo com Gray “desde o início, Julio César Arana construiu um império comercial infame, convertendo seu nome e o do Putumayo em sinônimo de terror e depravação” (CASTRO, CORREA, ZUMAETA & ARANA, 2005 p. 15). Um homem que conseguiu chegar à fama e à riqueza, porém deixou um rastro de morte e destruição.

Conforme Ovídio Lagos (2005), Julio César Arana começou seu negócio com o caucho recrutando nordestinos do interior do Brasil, especificamente no Ceará no ano de 1890 para trabalhar no cultivo da borracha. “Julio César reclutó veinte hombres, que poco importable que no hablaran español sino portugués”<sup>11</sup> (LAGOS, 2005, p.32). Devido às condições desumanas que os *caucheiros* eram submetidos na época, provavelmente esses homens não permaneceram trabalhando para J.C. Arana, pois como se sabe, ele construiu seu império com o trabalho dos índios da região do Putumayo.

---

<sup>11</sup> Julio Cesar Arana recrutou 20 homens pouco e não deu importância ao fato dos mesmos não falarem o espanhol.

O empresário J. C. Arana foi um homem cruel e dissimulado que a humanidade teve o infortúnio de conhecer. Esses tipos de homens, vistos como grandes empresários se passam por “homens de bem”, que zelam pela sua família, mas não se preocupam com os sofrimentos que causam aos outros humanos, que são considerados por eles raças “inferiores”, como aconteceu na época do holocausto, em que os nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, também exterminaram milhões de judeus, pois os consideravam raças inferiores. Julio Cesar Arana tinha consciência de que estava exterminando os nativos do Putumayo, mas, provavelmente, se deixou levar pela “banalidade do mal”. Não havia o que temer, os indígenas estavam sob o seu comando e semelhante a Adolf Hitler ele deu as ordens para que milhares de vida fossem dizimadas.

A filósofa política Hannah Arendt, que cunhou o termo “banalidade do mal”, em sua obra *Eichmann em Jerusalém*, descreve os crimes e a barbárie que os judeus sofreram durante a Segunda Guerra Mundial esclarecendo que os homens que estavam à frente desses horrores nem sempre eram monstros, seres bizarros; ao contrário, eram, muitas vezes, homens pacatos, comuns, como Adolfo Eichmann, um alemão burocrático que se dizia estar apenas cumprindo ordens. Um ser humano frio e dissimulado que ajudou a mandar milhões de judeus para os campos de concentração e dali para as câmeras de gás. Eichmann acreditava não ter culpa, pois como ele mesmo afirma,

fiquei o mais longe que pude, não cheguei perto para ver tudo aquilo. Mesmo assim, vi uma fila de judeus nus avançando por um longo corredor para serem asfixiados. Ali eles eram mortos, como me disseram, com uma coisa chamada ácido ciânico (ARENDT, 1999, p.105).

Ao organizar o transporte dos judeus para os campos de extermínio Eichmann se torna culpado sim, mesmo que se constatasse que ele era um homem incapaz de se colocar no lugar do outro, como afirma a autora, “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (ARENDT, 1999, p. 62).

Na concepção de Arendt, Eichmann tinha consciência do que fez, e não só ela, mas todos que acompanhavam o julgamento perceberam o fato, “Questão principal na cabeça de praticamente todo mundo que acompanhava o julgamento: o acusado tinha consciência? Sim, ele tinha consciência” (ARENDT, 1999, p.111).

Assim como Eichmann, o peruano Júlio Cesar Arana também se envolveu na “banalidade do mal” e foi culpado pelo crime e a barbárie que sofreram os nativos do Putumayo, no entanto não pagou pelos crimes.

Anthony Smith (1990), ao estudar a questão do Putumayo, apresenta Julio César Arana como um indivíduo social e elegante que

[...] venerava a esposa e a família. Sonhava com Paris, em vez da selva e dos grosseiros divertimentos que Manaus oferecia. Levava uma vida puritana. Apesar do calor, vestia-se impecavelmente, envergando ternos escuros e colarinhos engomados. A barba e o bigode pareciam mais os da realeza britânica (SMITH, 1990, p.350).

Ainda de acordo com Smith, Arana mudou a sede de seus negócios para o Brasil, na cidade de Manaus, no ano de 1904, que na época era conhecida como a capital da borracha. Mesmo morando em Manaus, “o rei do Putumayo” controlava essa região e a borracha que vinha de Iquitos passava por Manaus e era exportada para a Europa. A borracha, fonte de destruição de muitas vidas, era exportada para os grandes centros do mundo, como um troféu dado aos colonizadores, no qual o sangue dos inocentes era derramado e quem estava no comando “era um gênio diabólico que controlava um império de dinheiro e conexões políticas mediante violência” (CASTRO, Et al, 2005, p.28).

Na concepção de Albert Memmi (2007, p.27), “não é escandaloso enriquecer, contanto que não seja esmagando outrem”. Ao adentrar a floresta amazônica, J.C. Arana arquitetou apenas se tornar rico, mesmo que para isso tivesse que mandar escravizar os nativos que moravam na região e, se utilizando de práticas arbitrárias e nem um pouco honestas, construiu para si um império, e se tornou o “Rei do Putumayo”, título um tanto quanto irônico, porque, de fato, seu império foi construído em cima de cadáveres e carnificinas.

Para Ovidio Lagos (2005), Arana foi uma mancha escura na história peruana, “De este rey del caucho, que llegó a ser el hombre más rico del Perú, nada se sabe, y –peor aún no se quiere saber. Posiblemente, porque se convirtió em uma oscura mancha em la historia peruana<sup>12</sup>” (LAGOS, 2005, p.35).

O rei do Putumayo foi o mentor de muitas mortes, entre elas a do jornalista editor dos jornais *La Felpa* e *La Sanción*, o peruano Benjamin Saldaña Rocca, jornalista que, como dito anteriormente, primeiro fez vir à tona os maus-tratos que os índios da região estavam sofrendo nas mãos dos empregados da PAC, empresa que também foi responsável pela morte do francês Eugene Robuchon, que desapareceu no rio Caquetá em circunstâncias obscuras, no ano de 1906.

Thomas Whiffen, um capitão inglês que viajou pela região do Putumayo na primavera de 1908, em seu relato de viagem *The North-West Amazons notes of some spent among cannibal tribes*, retrata o desaparecimento de Robuchon da seguinte forma: “Eu estava ansioso para descer o rio e descobrir, se possível, o destino de Eugene Robuchon, o explorador francês que tinha desaparecido há dois anos” (WHIFFEN, 1915 p. 05 – tradução minha).

Eugenio Robuchon desapareceu misteriosamente em 1906. Vale salientar que Júlio César Arana passa a ter “poderes” sobre a região do Putumayo, principalmente em 1904, pois naquele ano, segundo Ovidio Lagos, “Uma série de circunstâncias políticas permitiram que Arana levasse adiante seus planos” (2005, p.81 – tradução minha). Arana, primeiro se associou aos colombianos Benjamín e Rafael Larrañaga, os proprietários do estabelecimento conhecido como *La Chorrera*, e como nos afirma Hardenburg, “Em 1904, a empresa comprou as ações de Larrañaga em *La Chorreira*, aproveitando-se de sua ignorância e estupidez para roubá-lo inescrupulosamente” (HARDENBURG, 2016, p.136).

Nesse mesmo ano, 1904, ainda de acordo com Ovidio Lagos, “os governos do Peru e da Colômbia chegaram a um acordo para resolver seus problemas de limites no Amazonas, principalmente no Putumayo, ou seja, seguir funcionando como fronteira natural” (LAGOS, 2005, p.82).

---

<sup>12</sup> Deste rei do caucho que chegou a ser o homem mais rico do Peru, nada se sabe. Provavelmente porque se transformou numa mancha escura na história do Peru.

Pensando em resolver seus problemas de limites, ambos os países se comprometeram a retirar todas as autoridades militares da região, e foi se aproveitando dessa fragilidade que Arana se instalou definitivamente na região, e fez seu governo do terror. Reinado que não se perpetuou por mais tempo na história da humanidade devido à passagem pelo Putumayo de dois jovens americanos, W. B. Perkins e Walter Hardenburg. O ano era 1907, quando no Brasil deu-se início a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e ao que tudo indica esses jovens aventureiros pretendiam chegar até a devida ferrovia para ali trabalhar, como nos afirma o tradutor Hélio Rocha, na apresentação da obra,

{...} juntamente com seu amigo Perkins, Hardenburg deixa Buenaventura, na Colômbia e, numa jornada a pé subindo e descendo as regiões íngremes dos Andes, dirige-se agora de canoa, para o rio Putumayo, rede fluvial que deságua no Brasil, rumo ao Atlântico (ROCHA, 2016, p.9).

O jovem Hardenburg não imaginava que uma viagem que começava de forma tão prazerosa, poderia terminar em uma tragédia, não fosse ele um jovem bastante sagaz. Ao passar por determinada parte do Putumayo, região dominada pelos truculentos trabalhadores da PAC, tem uma surpresa nada agradável. Esse será o tema do próximo tópico.

## 2.2 Resenhando o Paraíso do Diabo

*O paraíso do diabo*, ou como na primeira versão de 1912, *The Devil's Paradise*, é um relato de viagem composto de sete capítulos, denominados de “As nascentes do Putumayo”, “O Alto Putumayo”, “O Médio Putumayo”, “Os Huitoto”, “Viagem ao inferno”, “Os crimes do Putumayo” e “O relato de Roger Casement”. Os primeiros cinco capítulos são de autoria do próprio Hardenburg, porém os dois últimos não. O 6º capítulo, os crimes do Putumayo, é uma compilação de textos, reportagens organizadas pelo jornalista Benjamin Saldaña Rocca. Alguns são trechos traduzidos dos jornais *La Felpa* e *La Sanción*, nos quais o próprio jornalista escreve sobre os crimes contra os nativos do Putumayo ou cartas juramentadas de pessoas que trabalharam para a PAC e constatarem a violência contra os nativos. O 7º capítulo é parte do

relatório do cônsul britânico Roger Casement, quando de sua viagem ao Putumayo em 1910, como integrante da Comissão de Investigação Parlamentar, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores Britânico.

O relatório feito por Roger Casement tem base no testemunho dos barbadianos que estavam a serviço da PAC. Hardenburg ao utilizar o relatório do cônsul britânico deu mais veracidade a sua obra, pois na época Roger Casement tinha prestígio e seu relatório sobre as condições aviltantes em que os nativos do Putumayo estavam vivendo foi de extrema importância para o final do reinado de terror na região.

*O paraíso do diabo* é uma obra de teor testemunhal, pois o próprio autor vivenciou parte dos acontecimentos trágicos descritos. A dualidade de paraíso e inferno se encontra numa trama tensa e sangrenta que deixa o leitor exaurido e confuso, pois é difícil acreditar que o ser humano possa ser capaz de tanta maldade.

O autor transporta o leitor, primeiro por paisagens tranquilas, cenários paradisíacos, para depois envolvê-lo numa trama bestial. A face negra do colonialismo na Amazônia peruana, na qual um homem conhecido como “o rei do caucho” construiu, com seu irmão e cunhados, o reino do terror no Putumayo. A seguir, o leitor pode acompanhar o desenrolar dos capítulos.

Num cenário de certo vale amazônico em que jorra uma pequena corrente de água de um dos picos dos Andes, dois jovens: um engenheiro aventureiro, Hardenburg e seu parceiro de viagem, W. B. Perkins, decidem empreender uma viagem de exploração pela América do Sul. O cenário é o Putumayo, “o rio que, deixando os Andes altaneiro, flui na direção sudeste, mais de mil milhas em meio a grandes planícies férteis e arborizadas da bacia amazônica para, finalmente, desaguar no “grande rio”: o Amazonas, no Brasil” (HARDENBURG, 2016, p, 37).

Os aventureiros saem da Colômbia, onde estavam a serviço de uma ferrovia, decididos a realizar uma longa jornada pela América do Sul. No dia 1º de outubro de 1907 saem de Buenaventura, na costa do Pacífico, e atravessam as cadeias de montanhas dos Andes até chegar à aldeia indígena de Santiago, no vale de Sibundoy.

Encantado com a beleza da região, o aventureiro Hardenburg descobre que o vale mencionado tem quatro aldeias distintas, das quais três têm nomes

de santos, revelando assim vestígios de que missionários católicos já haviam estado lá. As aldeias são: San Antonio, São Francisco, Santiago e Sibundoy. Os viajantes aventureiros seguem ao longo do vale numa viagem de puro encantamento com o desconhecido. Ao chegarem ao Putumayo, o encontro com as águas e o encantamento prossegue, afinal de contas o cenário é cheio de cadeias de montanhas e o rio a correr ao encontro do rio Amazonas. Em um percurso de enlevo, os viajantes aventureiros prosseguem sua viagem. Como afirma Hardenburg:

O cenário é magnífico, de um esplendor selvagem, raramente visto em outros lugares senão nos Andes. As altas montanhas, densamente arborizadas, elevando-se quase perpendicularmente às nuvens, são separadas uma da outra por uma formação de névoa, mergulhando nas *quebradas*, que, revolvendo-se entre as pedras enormes dispostas em suas margens, saltam sobre os numerosos precipícios em seus cursos com um profundo rugido retumbante como um trovão distante (HARDENBURG, 2016, p.43).

Depois de muito cansaço e de chuvas constantes, os viajantes passam pelo rancho *Papagallos* e encontram, também, dois pequenos ranchos conhecidos como Cascabel. O objetivo dos dois jovens, nesse momento, era o de chegar a Puerto Guineo, mas, para isso, precisavam vencer vários obstáculos. Assim, diz o viajante, “mais uma vez seguimos adiante e, às quatro horas da tarde de 21 de novembro, chegamos a Mocoa, num estado de completa exaustão”(HARDENBURG, 2016, p.43). A exaustão fazia parte do percurso, porém, junto com esse estado de fadiga, vinha o encantamento de uma viagem paradisíaca, com seres das florestas, o encontro das águas, as árvores, os animais da mata.

Os aventureiros prosseguem ao encontro do desconhecido e chegam a Mocoa que, segundo Hardenburg “é a capital do Putumayo, uma imensa extensão de terra que compreende toda a região entre os rios Napo e Putumayo” (HARDENBURG, 2016, p.46). A viagem rumo ao desconhecido pode ser perigosa, pois o rio Putumayo guarda muitos mistérios terríveis de crime e barbarie; tem um cenário paradisíaco, mas esconde em suas águas de correntezas vorazes o crime de homens que escravizavam outros homens,

num ritual macabro de terror e morte. Naquele momento, os dois viajantes sonhadores estavam aproximando-se desse cenário, e logo descobrirão que toda viagem pode trazer grandes perigos.

Porém, os aventureiros prosseguem alheios aos perigos da mata, e o sonhador, Hardenburg, continua descrevendo o sublime, o belo, uma viagem com os seres da floresta, o esplendor das plantas, a beleza das borboletas, o canto dos belos pássaros, como se pode confirmar na citação a seguir:

Como viajávamos numa trilha em meio à floresta, frequentemente parávamos para examinar alguma planta estranha, para perseguir alguma borboleta rara, ou para caçar alguns pássaros, cuja plumagem brilhante ou canto doce atraíam nossa atenção (HARDENBURG, 2016, p. 50).

Chegando a Mocoa conhecem Don Octavio Materón, um colombiano que cultivava seringueira no Alto Putumayo e prosseguem a viagem na companhia desse comerciante do produto gomífero. Na companhia de Materón, os viajantes chegam a uma das estações da borracha existentes na região, *La Sofia*, e são recebidos cordialmente pelo parceiro de negócios de Materon, Gonzalez. Esse é o primeiro contato deles com as estações da borracha e com índios “trabalhando” no cultivo e na produção da borracha. Nessa parte do relato, Hardenburg menciona os Cioni e acredita que esses índios estão sendo bem tratados pelos colombianos, e ao que lhe pareceu, havia um acordo entre os índios e os colombianos que “tinha adiantado mercadorias para todos os Cioni, que haviam concordado pagar o endividamento no plantio da seringueira, na construção de casas, no cultivo da terra” (HARDENBURG, 2016, p.63).

Desse modo, podemos constatar o primeiro contato do “homem branco”, os colombianos, com os índios Cioni. Esses trabalhavam como “empregados” dos colombianos, os colonizadores que adentraram a floresta “vazia”, a “terra sem dono” e “conquistaram” os nativos tornando-os seus “serviçais”. Sobre esse contexto de posse e escravidão dos nativos, Tzvetan Todorov (2003), ao analisar as práticas de Cristóvão Colombo com relação aos nativos, esclarece que “Mesmo quando não se trata de escravidão, o comportamento de Colombo implica o não-reconhecimento do direito dos índios à vontade própria; implica que os considera, em suma, como objetos vivos” (TODOROV, 2003 p.66). É



dessa forma que os colombianos e peruanos agiam naquela região do Putumayo e seus dois principais afluentes, o Caraparaná e o Igaraparaná.

Os colombianos que trabalhavam com o comércio de borracha também consideravam os índios objetos vivos, mão de obra barata, para trabalhar na produção da borracha. Nesse estado de coisas, o contato com o outro, com o diferente, tem sempre duas faces, o que ganha, colonizador, e o que perde, o colonizado. Os colombianos lucravam com o trabalho do índio que perdia sua liberdade, pois há nesse contato uma relação desigual. Todorov também nos faz refletir sobre a imagem distorcida que temos do outro, do estrangeiro: “A primeira reação, espontânea, em relação ao estrangeiro é imaginá-lo inferior, porque diferente de nós: não chega nem a ser um homem, e, se for, homem, é um bárbaro inferior; se não fala a nossa língua, é porque não fala língua nenhuma, não sabe falar, como pensava ainda Colombo” (TODOROV, 2003 p.106).

Ao adentrar a mata em busca da “árvore que chora”, a seringueira, os “brancos” não estavam dispostos a respeitar os nativos que já habitavam a região. Esses comerciantes apenas pensavam no lucro e com isso levavam destruição e morte aos povos da floresta amazônica.

O costume de se apossar de terras alheias é antigo entre os homens. De acordo com Auxiliomar Silva Ugarte, em sua obra *Sertões de Barbaros*, “nos séculos XVI e XVII, os barcos da Conquista ibérica singraram as águas barrentas, negras e verdes de diferentes rios da Amazônia” (2009, p.169). Os objetivos eram sempre os mesmos: roubar os materiais preciosos dos nativos ou transformar os índios em vassalos cristãos. No século XX, entretanto, os indígenas da região do Putumayo continuaram sendo explorados e escravizados, não somente por materiais preciosos ou a conversão ao Cristianismo, mas por causa dos produtos materiais retirados da selva, fosse o látex para a produção da borracha e pelas, ou por outras seivas e especiarias.

Ao chegar ao Médio Putumayo os viajantes aventureiros conhecem outra realidade: as disputas entre os colombianos e os peruanos pela posse das terras produtivas e pelos povos indígenas. Hardenburg menciona o clima tenso e por ironia do destino os viajantes são obrigados a permanecer no Yaracaya, o estabelecimento de borracha do Señor Jesús López. Nas palavras do viajante prosador, “Não tínhamos a intenção de parar ali por mais de uma

hora, porém, logo após a chegada, Perkins sentiu um forte tremor de febre”. (HARDENBURG, 2016 p. 87).

Durante a permanência na casa do Señor López, Hardenburg conhece a triste realidade da região, e das brigas constantes entre os colombianos e os peruanos. O viajante sonhador está prestes a descobrir a terrível realidade que se abate sobre aquela região tida por ele como paradisíaca. Em conversa com seu anfitrião obtém informações importantes sobre a região do Caraparaná, como se pode observar na seguinte citação:

Durante a conversa, eu soube que havia um grande mal-estar entre os colombianos e os peruanos por conta da disputa de fronteiras e as agressões dos últimos, que são muito mais numerosos do que os colombianos e são todos empregados de uma grande empresa que tem uma sede em Iquitos e é conhecida como *Peruvian Amazon Company*. López informou-me que essa companhia, planejando obter a posse dos seringais dos colombianos do Caraparaná (HARDENBURG, 2016 p.87).

É nessa parte do relato que Hardenburg parece despertar do encantamento da viagem e não querendo se meter em disputas fronteiriças questiona seu anfitrião sobre a possibilidade de mudar a rota da sua viagem para não passar pelos lugares de disputa. Há nessa possibilidade um meio de não se meter em conflitos, porém o que o viajante aventureiro não sabia era que estava prestes a se envolver, a presenciar o crime e a barbarie ocorridos naquela região em que se encontrava. Todavia os dois viajantes precisavam continuar sua jornada rumo ao inferno. E Hardenburg desabafa: “ Comecei a desejar nunca ter tomado a rota da viagem pelo Putumayo, tendo em vista que podíamos ser barbaramente assassinados” (HARDENBURG, 2016 p.116). Dessa forma, observa-se o temor do viajante em colocar sua própria vida em perigo, pois depois de várias conversas com os colombianos, percebe o quanto a sua viagem podia se tornar perigosa.

A viagem prossegue, mas não tem mais o encanto de outrora, já não é mais prazerosa, torna-se tediosa. O viajante sente medo, pois existe algo sombrio no ar. É o horror que se aproxima, o crime e a barbárie. O viajante está receoso e aterrorizado, mas, mesmo assim, decide continuar. Depois de um dia e uma noite de viagem, o inesperado aconteceu, eles foram presos pelos funcionários da *Peruvian Amazon Company*. Como esclarece

Hardenburg: “ Logo depois, numa curva do rio, surgiram dois navios a vapor, e, assim que fomos vistos, ouvimos uma voz gritar: Fogo!, Fogo!” (HARDENBURG, 2016, p.118). Naquele momento crucial, muitas cenas devem ter passado pela cabeça do jovem viajante: medo? Arrpendimento por ter se aventurado por terras estranhas? Difícil saber, porém, logo Hardenburg vai descobrir o terror que é estar na mira dos capatazes da Peruvian Amazon Company. O viajante, aterrorizado, se aproxima da lancha e ouve gritos e insultos:

A bordo, recebemos empurrões, chutes, pontapés, insultos e abusos do capitão Arce Benavides, do exercito peruano, Benito Lores, comandante da lancha Iquitos, e um bando de soldados de pele escura, marinheiros e funcionários da “empresa civilizadora”, sem termos a oportunidade de dizer uma palavra (HARDENBURG, 2016, p.119).

Os viajantes estavam, sem querer, envolvidos numa disputa por terras entre os peruanos e os colombianos. Era uma disputa por La União, uma das ultimas estações da borracha pertencente aos colombianos. De acordo com Lagos (2005, p.89), “O ataque a La União foi apenas o pré-lúdio de uma carniceria que não teria antecedentes no Amazônas”.

Depois de passarem pela estação Argelia os viajantes aterrorizados são transferidos para o vapor *Liberal*, no qual passam uma noite sombria e angustiante, como afirma Hardenburg: “Naquela noite, nós quatro, Perkins, Sánches, Valderrama e eu dormimos, ou melhor, fingimos dormir no convés do vapor *Liberal*, forçados às reflexões mais sombrias” (HARDENBURG, 2016, p.120).

Das reflexões surge um pensamento de desespero por parte do viajante, ou seja, ele estava no meio de uma disputa fronteriça, e poderia perder sua vida. Percebe que a PAC tem poder de vida ou morte sobre os nativos da região e só não fica mais desesperado porque, como cidadão norte-americano, acredita que irá escapar com vida, mas acredita que “ O Peru não vai acabar com isso, porque a *Peruvian Amazon Company* está se instalando e ocupando o território disputado em seu nome.

No dia seguinte, o viajante, seguindo as ordens de Loayza, embarca no *Liberal*, o barco que o levará para Iquitos. Perkins, não o acompanha, pois por

decisão dos dois, decide ficar para recuperar suas bagagens, como podemos constatar na citação a seguir, “ Então, depois de um último adeus a Perkins, que, de acordo com nossa decisão, decidiu ficar para trás, a fim de recuperar as nossas bagagens” (HARDENBURG, 2016, p.128).

Como se sabe, depois do ocorrido Hardenburg passou dois anos em Iquitos, ele permaneceu na cidade trabalhando como professor particular de inglês, o seu objetivo era levantar provas suficientes para denunciar o crime e a barbárie que os nativos estavam sofrendo. Anthony Smith, já citado, esclarece que Hardenburg entrou em contato com sua família para pedir ajuda financeira durante o tempo que permaneceu em Iquitos, como podemos confirmar na seguinte citação: “Telegrafou para casa , pedindo 300 dólares, ensinou inglês numa escola secundária e recebeu uma boa quantia auxiliando no projeto de um novo hospital para o Amazonas” (SMITH, 1990, p.368).

Com o dinheiro que Hardenburg recebe da família, ele paga a passagem do amigo Perkins de volta para os Estados Unidos. Eles não conseguem recuperar suas bagagens, e toda essa humilhação faz com que Hardenburg sinta mais vontade de permanecer e denunciar os capatazes da PAC. Na sua ingenuidade juvenil, acreditava que Julio César Arana não sabia o que estava sendo feito em seu nome e decidiu procurá-lo, como afirma Anthony Smith em sua obra *Os Conquistadores do Amazonas*:

Seu idealismo inato dizia-lhe que Júlio Arana não podia saber o que estava sendo feito em seu nome. Era claro que o homem devia ser informado. Subtamente soube-se que Arana estava na cidade. Hardenburg tinha metade da idade do outro e possuía uma diminuta fração de sua experiência de Amazonas, mas decidiu imediatamente perguntar-lhe acerca do Putumayo em geral e de seus índios em particular. Com essa finalidade bateu à porta de Arana (SMITH, 1990, p.368).

Grande deve ter sido a decepção do jovem americano Hardenburg, pois Arana o recebeu friamente, apenas prometendo investigar, embora ele soubesse que Arana raramente visitava a região do Putumayo. Hardenburg resolve então permanecer na cidade quando determinado dia recebe a visita de um rapaz chamado Miguel Galvez, que de acordo com Anthony Smith era suposto filho do jornalista Benjamin Rocca,

Como Miguel se dizia filho de Rocca, Hardenburg suspeitou de uma cilada. O jovem explicou que ainda havia testemunhos a serem publicados. Hardenburg queria ficar com eles? É claro que queria e não havia meio de obtê-los senão confiando nesse rapaz de 17 anos (SMITH, 1990, p.369).

O jovem Miguel entregou-lhe toda a documentação das denúncias dos crimes devidamente assinadas pelos ex- trabalhadores da PAC que tinham resolvido escrever para o jornalista Rocca contando dos crimes horríveis que tinham presenciado nas estações da borracha ao longo do rio Putumayo. Esta documentação, devidamente revista por Hardenburg, pois o mesmo investigou toda a veracidade dos fatos, veio a se tornar um dos capítulos do livro que Hardenburg resolveu escrever depois que fez toda uma investigação sobre a PAC e seu principal acionista Julio César Arana. Quanto a PAC, a empresa “civilizadora,” será tema do próximo tópico.

### **2.3 A empresa “civilizadora”**

A Peruvian Amazon Company foi registrada na bolsa de valores em Londres onde atuou, assim como no Peru e no Brasil. Nesses países tinha a função de controlar a expansão da borracha retirada da região do Putumayo e administrar os seus lucros. Além do mais será considerada por muitos como uma diabólica empresa, tanto é que Walter Hardenburg em *O Paraíso do Diabo*, ao se referir a empresa em apreço costumava denominá-la “a empresa civilizadora”, que no Peru dizimou a vida de milhares de índios, os quais pertenciam a muitas etnias, mas os Huitoto predominavam.

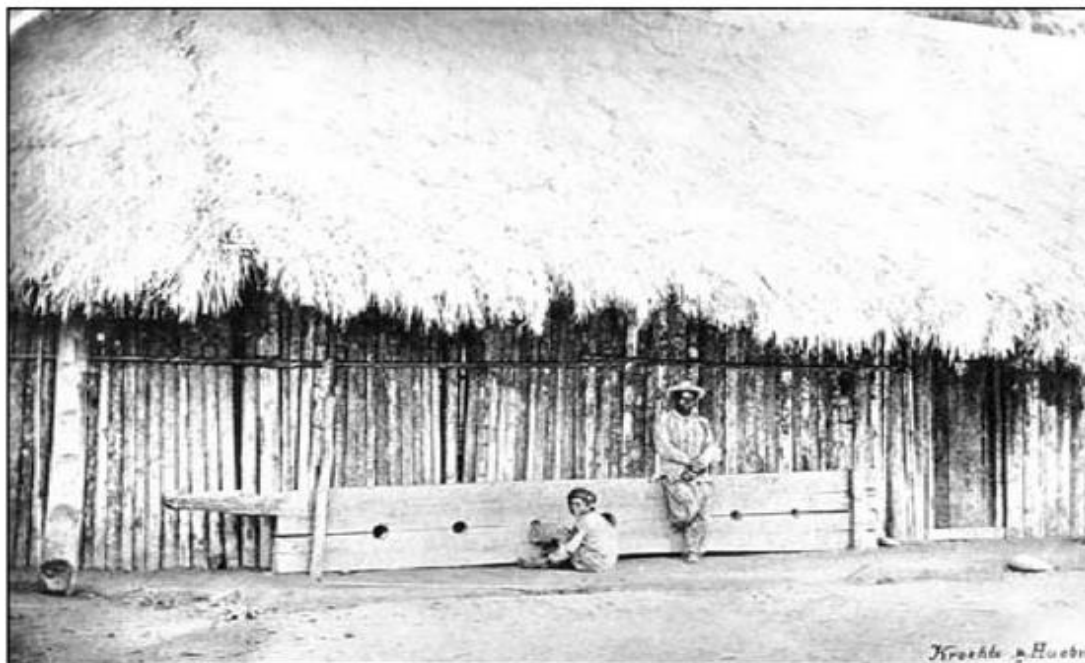
Desse modo, a famigerada companhia, segundo o relatório do cônsul britânico, Roger Casement, foi fundada em 1903, e confirmada essa data também por Ovidio Lagos (2005), “em 1903 fundaria J.C. Arana & Hermanos – más conocida como la Casa Arana- que se convertiría no sólo em un óptimo negócio, sino también em el terror de la región del Putumayo” (LAGOS, 2005, p. 55). Na ânsia de enriquecer com o extrativismo da borracha J. C. Arana contratou, no ano seguinte, súditos da coroa britânica, os barbadianos, para compor seu quadro de empregados. Foi ainda, de acordo com Roger Casement, o cunhado de J.C. Arana, Abel Alarco, quem viajou até a ilha de

Barbados para contratar os barbadianos. De acordo com Roger Casement, os barbadianos foram ludibriados e assinaram contratos espúrios.

Ao chegar ao Putumayo, esses homens sofreram um tratamento abominável e foram obrigados a manejar os atormentados indígenas que coletavam o caucho. “Alguns desses súditos britânicos que se rebelaram foram baleados pelos brancos subgerentes da Companhia” (CASEMENT, 1988, p.04).

A companhia de J. C. Arana y Hermanos se estabeleceu com máxima autoridade no Putumayo. Os barbadianos, não tendo outra opção, se submeteram aos desmandos dos gerentes das estações da borracha para onde foram levados e muitos participaram ativamente de todo o crime e da barbárie contra os índios da região. Assim, aqueles foram usados para subjugar os índios da forma mais mesquinha que se possa imaginar; eles também faziam as terríveis *correrías*<sup>13</sup>, nas quais capturavam os nativos como se fossem animais.

**Figura 4 - Cepo**



Fonte: *Scoping the Amazon: Image, Icon, Ethnography*, de Stephen Nugent. EUA, 2007.

<sup>13</sup> *Correría*, que significa “incursões em busca de escravos”, foi um termo amplamente usado no Peru durante o auge da exploração da borracha. Essas caças aos índios eram organizadas pelos seringueiros, que procuravam, por meio de ataques-relâmpago aos assentamentos indígenas, forçar mais índios a tornarem-se escravos e aterrorizá-los para que ficassem submissos e subjugados à autoridade do homem branco (CASEMENT, 2016, p.170).

Alguns barbadianos participaram ativamente da construção do império e do terror que a PAC teve na região do Putumayo. Com forma de ilustração registra-se o caso ocorrido com um barbadiano que segundo Hardenburg tinha conhecimento de marcenaria e construiu um dos instrumentos de suplício, que foi usado contra os nativos, o cepo<sup>14</sup>. O habilidoso barbadiano, que atendia pelo nome de Crichlow, só não sabia que ele, futuramente, iria provar do mesmo castigo dado aos nativos, ou a quem desobedecesse às ordens dos chefes das estações, ou seja, ele também foi colocado no cepo, e não deve ter sido nada agradável a experiência, pois segundo relatos de Hardenburg, o carpinteiro ficou uma noite no cepo:

Em maio de 1908, Crichlow teve uma disputa com um dos funcionários da companhia chamado Pedro Torres. A discussão não tinha importância, mas Torres era branco e Crichlow era negro. O carpinteiro apelou ao seu chefe, e imediatamente Rodríguez tomou o partido de seu compatriota peruano. Deu uma coronhada na cabeça de Crichlow com um revólver e chamou outros empregados brancos para prendê-lo. Crichlow tentou se defender com um pedaço de pau, mas foi dominado e suas mãos foram amarradas nas costas. Foi espancado por muitos deles e colocado no cepo para passar a noite (HARDENBURG, 2016, p.185).

Como se pode observar, os barbadianos também sofreram maus-tratos advindos da “empresa civilizadora”. Roger Casement, em seu relatório, menciona que: “Esses homens tinham sido torturados e presos por contravenções, ou por se recusarem a maltratar os índios, sob as ordens de Normand, Rodriguez, Sanchez e outros chefes das estações” (HARDENBURG, 2016, p.183). Os barbadianos também foram vítimas da famigerada empresa “civilizadora”, mas muitos parecem ter se acostumado muito bem com a situação de crime e barbárie e se transformaram em algozes dos índios.

Quem sabe os barbadianos não vlssem naquela situação uma forma de vingança, pois os mesmos traziam dentro de si a dor da escravidão. Suas memórias devem ter vindo à tona de um tempo em que os negros eram

---

<sup>14</sup> Tronco grosso de madeira que a vítima carregava aos ombros preso por uma corrente aos tornozelos. De modo geral, os cepos das estações da “empresa civilizadora” eram fixos ao chão e tinham vários furos, onde prendiam-se pernas, punhos ou cabeça do prisioneiro.

tratados como animais, escravos dos senhores brancos, subjugados nas senzalas, vivendo sob o jugo do chicote. Não se sabe o que aconteceu, o fato é que os negros de Barbados, súditos da Coroa Britânica, ajudaram no processo de escravidão dos índios da região do Putumayo.

Os barbadianos, assim como Hardenburg, certamente se arrependeram de um dia ter cruzado com a “empresa civilizadora”. A “empresa civilizadora” que tinha um sistema de exploração dos produtos da região, a borracha e os índios, fazia essa exploração seguindo a seguinte rota: El Encanto e La Chorrera, as estações da borracha. Hardenburg descreve como era feito esse processo de exploração:

El Encanto é a sede de todas as estações do Caraparaná e da margem direita do Putumayo, enquanto La Chorrera é a sede das estações do Iguaraparaná e as distribuídas entre este rio e o Caquetá. É para esses dois centros que todos os produtos são enviados periodicamente nas costas dos índios, de canoa, ou em pequenas lanchas (HARDENBURG, 2016, p.123).

As estações da borracha eram as senzalas nas quais todo tipo de miséria podia ocorrer. Nessas localidades ficavam os chefes com os seus haréns, mulheres índias que os empregados da Peruvian Amazon Company roubavam de suas famílias e obrigavam-nas a morar com eles; muitas delas eram apenas meninas que subjugadas e escravizadas passavam a ter um dono, e permaneciam sob os mandos e desmandos dele, como podemos constatar na seguinte passagem retirada do relatório de Roger Casement:

Cada um desses criminosos mantinha um grande harém de mulheres indígenas para fins obscenos – e usando um eufemismo as chamava de suas ‘esposas’. Até mesmo os *peóns* tinham mais de uma mulher indígena. A satisfação desse apetite sexual excessivo seguiu adiante de mãos dadas com o instinto assassino que levou esses homens a torturar e matar os pais e parentes daquelas com quem mantinham relações sexuais (HARDENBURG, 2016, p.203).

Os índios são espoliados e ludibriados de muitas formas por essa empresa, que tem seus principais acionistas em Londres. Hardenburg escreve os nomes dos sete diretores da Peruvian Amazon Company: Henry M. Read,



John Lister Kaye, John Russel Gubbins, Barão de Sousa Deiro, M. Henri Bonduel, Julio César Arana e Abel Alarco (2016, p.141).

De acordo com Hardenburg, desses sete diretores pelo menos dois estavam cientes do crime e da barbárie nas estações da borracha. Os outros cinco diretores “são apenas joquetes lesados pela língua afiada de Julio César Arana e seu cúmplice, Abel Alarco, e não estão cientes dos crimes horríveis cometidos em seus nomes” (HARDENBURG, 2016 p.142).

Roger Casement foi designado para apurar os crimes do Putumayo, quando esteve na região nos anos de 1910 e 1911, escreveu em seus diários os nomes dos principais criminosos que eram chefes nas estações da borracha: Armando ou Felipe Normand; José Inocente Fonseca; Abelardo Agüero; Augusto Jiménez; Aristides Rodríguez; Aurélio Rodríguez; Alfredo Montt; Fidel Velarde; Carlos Miranda; Andrés O'Donnell (MITCHELL, 2016, p.177).

Todos esses homens ora citados foram culpados pelos crimes e a barbárie impostas aos nativos do Putumayo. Foram homens que se envolveram, de uma forma brutal e deram continuidade aos castigos físicos com torturas imputadas aos nativos como uma forma de amedrotá-los e com isso, conseguiam fazer com que os índios trabalhassem na coleta do látex e produção da borracha. O próximo tópico fará uma descrição ampliada sobre os crimes que os nativos sofreram.

### 3. AS ATROCIDADES DO PUTUMAYO

*Esses homens não vieram aqui para negociar com os índios, mas para se apoderarem deles. Eles queriam, e querem tanto a seringueira quanto os índios.*

*Diário da Amazônia de Roger Casement.*

Vivenciar o terror na sua face mais cruel foi o que restou para os índios do Putumayo, nos anos do *boom* da borracha. Os crimes foram classificados por Walter Hardenburg como crimes brutais não só contra os homens, mas contra mulheres, crianças e até mesmo idosos. É dessas atrocidades que tratarei neste capítulo.

Assim, seguindo o raciocínio de Michael Taussig, constato que “o ciclo da borracha no Putumayo apoiava-se e estimulava um maior desenvolvimento de três formas de controle bem diferentes sobre o corpo humano” (1993, p. 74). Para organizar seu estudo, Taussig dividiu essas formas de controle do corpo humano em: 1) trabalho forçado associado ao sistema de endividamento; 2) o concubinato com as índias jovens; 3) a aquisição pela força ou pela troca de crianças índias, vendidas nas praças e mercados públicos em Iquitos, capital de Loreto, no Peru.

Há a necessidade de analisar as três formas de violência mais praticadas contra os nativos, às quais homens, mulheres e crianças foram submetidos. O trabalho forçado associado ao sistema de endividamento foi a forma mais usada para se adquirir a cota exigida de borracha pela PAC. Os chefes das estações da borracha fixavam uma cota desse produto que os índios deveriam entregar em determinado tempo; caso o índio não conseguisse cumprir, era punido, e como afirma Hardenburg: “A punição deve ser grave o suficiente para aterrorizar os corações dos outros índios, para que não sigam o exemplo do culpado” (HARDENBURG, 2016, p.138).

A segunda forma de violência, o concubinato com índias jovens, é um traçado da corrupção em que todos os trabalhadores da PAC estavam envolvidos. Os chefes das estações da borracha tinham haréns com jovens

índias a sua disposição. Eles mantinham essas mulheres e usavam seus corpos como objetos. As mulheres eram forçadas a situações deprimentes de escravidão; eram usadas, estupradas e muitas vezes mortas.

E na terceira forma de violência, a venda de crianças indígenas, o abuso, a corrupção e todos os tipos de maldades praticadas contra as crianças da região do Putumayo, que em alguns casos eram vendidas nas praças de Iquitos, serão discutidas no que segue.

E a viagem de Hardenburg e Perkins prossegue, porém, os viajantes correm perigo, pois num ataque às estações La Reserva e La Unión, os peruanos mostram, claramente, que querem a posse dos estabelecimentos que eram propriedades de seringalistas colombianos.

Desse modo, os temores do jovem Hardenburg se concretizam e, numa curva do rio Caraparaná, quando os viajantes estão nesse rio, a lancha *Iquitos* se aproxima e, sob gritos de comando para que se aproximassem, os viajantes são encurralados. Na lancha, peruanos armados ordenam que os viajantes embarquem e, ao embarcar, o jovem Hardenburg, mais uma vez, teme por sua vida diante de homens tão violentos. A passagem abaixo apresenta o seguinte relato:

A bordo, recebemos empurrões, chutes, pontapés, insultos e abusos do capitão Arce Benavides, do exército peruano, Benito Lores, comandante da lancha *Iquitos*, e um bando de soldados de pele escura, marinheiros e funcionários da “empresa civilizadora”, sem termos a oportunidade de dizer uma palavra (HARDENBURG, 2016 p. 119).

Ao que se pode deduzir, a violência do colonizador é descabida; a necessidade de mostrar poder faz com que o mesmo se torne hostil, desagradável e violento. Na fúria cega para se apossar daquelas terras, os peruanos não se intimidaram diante dos viajantes americanos; não procuraram saber quem eram aqueles dois aventureiros. Como esses funcionários agiam de modo corrupto e queriam não apenas o seu reinado do terror alastrado, mas também pretendiam dominar aquela região de fronteira, os viajantes, Hardenburg e seu amigo Perkins, involuntariamente, foram envolvidos na teia da loucura e da corrupção dos empregados da PAC.

Sob essa questão da corrupção, diversos são os estudiosos que, de forma insistente, denunciam tal ato, em especial, quanto aos menos favorecidos. Albert Memmi pontua que “A corrupção está em toda parte e altera tudo e todos” (2007, p.23). Dessa forma, a corrupção alterou de forma drástica a vida dos nativos da região do Putumayo. Os índios foram os mais prejudicados, pois tiveram suas vidas invadidas, modificadas e violadas por homens desumanos e corruptos, principalmente peruanos, que acreditavam apenas no lucro que o látex poderia lhes proporcionar. Cegos pelo poder e pela riqueza escravizaram os índios e, conseqüentemente, dominaram as terras da região do Putumayo. Todavia, os colombianos também foram mortos e tiveram suas terras tomadas. Crimes horríveis aconteceram. Hardenburg, aterrorizado, testemunha um crime terrível, o estupro de uma mulher grávida,

Enquanto estava preso na *Iquitos*, testemunhei a violação covarde e brutal de uma dessas pobres mulheres. Pilar Gutierrez, a mulher de Rafael Cano, um dos *racionales* em La Unión, era uma das mulheres encontradas na mata depois da “batalha”, e essa pobre vítima, em avançado estado de gravidez, foi dada ao capitão. Esse monstro, cuja única intenção era saciar sua sede animal de lascívia, e independentemente do estado de gravidez da mulher, arrastou-a para um lugar privado e, apesar dos gritos de agonia da infeliz criatura, a violentou sem remorso (HARDENBURG, 2016 p. 119-120).

Portanto, o ódio estava disseminado naquele espaço e as mulheres também sofreram as consequências de tanta violência. Muitas foram estupradas e mortas. O trecho acima foi o primeiro caso de violência presenciado pelo viajante amedrontado, porém o que o viajante não sabia era que iria ver muito mais e refletirá sobre o seu destino, pois sabia que estava nas mãos de homens que pareciam animais ferozes.

Sobre as mulheres subjugadas, silenciadas e mortas é importante saber que muitos casos de violências foram cometidos contra as mulheres indígenas pelos empregados da PAC. Em muitos casos, foram usadas da forma mais desumana que se possa imaginar. Nas estações da borracha, permaneciam como concubinas, escravas e se submetiam aos caprichos de homens que tinham o poder e ditavam as regras em seus pequenos reinos do terror.

Homens que se apropriaram de uma construção ideológica de poder masculino.

Referindo-se a essa questão ideológica de poder masculino, a escritora indiana Gayatri Spivak defende que a mulher é subalterna no processo colonial. Para essa estudiosa, “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (2014 p.85). Pode-se, claramente, visualizar toda essa subalternidade no relato de Hardenburg.

Além das atrocidades contra a mulher, ocorrem abusos contra os viajantes americanos, que decidem enfrentar a situação de risco de morte e pedem para ser ouvido pelo chefe dos sanguinários, o senhor Loayza. Nessa parte, Hardenburg profere um discurso inflamado afirmando ser ele um cidadão norte-americano:

decidi que falaria cara a cara com Loayza. Na manhã seguinte, insisti em vê-lo e, depois de certo tempo, fui levado à sua presença. Sem perder tempo com preliminares, disse-lhe que estava ciente de suas intenções em relação a nós e, apesar de seus protestos, disse-lhe que se nos matassem, estariam cometendo um grande erro, porque tínhamos sido enviados por um forte sindicato americano para explorar aquela região e erámos aguardados em Iquitos, onde estávamos prestes a abrir um grande estabelecimento comercial para o referido sindicato. Notando que essa declaração estava causando algum efeito em Loyaza, assegurei-lhe que éramos pessoas influentes e, portanto, se desaparecêssemos, nossos chefes certamente enviariam uma investigação de busca, e a verdade vindo à tona, o próprio governo americano, devido à grande influência do sindicato, faria com que os responsáveis fossem punidos. Então encerrei a conversa exigindo nossa libertação imediata e a permissão para voltarmos a Josa para recuperar a bagagem. (HARDENBURG, 2016 p. 121 e 122).

Ao que tudo indica, seu discurso de cidadão norte-americano fez efeito, pois o Sr. Loayza prometeu libertá-los e autorizou tanto a viagem dele quanto a de seu amigo Perkins para Iquitos no vapor *Liberal*. Entretanto, os viajantes resolvem se separar e apenas Hardenburg aceita prosseguir viagem no vapor. “Perkins resolveu ficar em El Encanto e verificar se, de fato, Loyaza tomaria medidas para recuperar nossa bagagem, enquanto eu ia para Iquitos no vapor *Liberal*” (HARDENBURG, 2016 p.122).

Em El Encanto Hardenburg tem o primeiro contato com os índios “empregados” da PAC. Foi grande o susto do viajante ao ver aqueles pobres índios mal alimentados, fracos e cheios de cicatrizes, num ritual macabro, carregando pesos enormes nas costas para o consumo dos seus opressores, como se refere a essa questão o viajante: “Havia de 50 a 60 infelizes, tão fracos, debilitados e cheios de cicatrizes que muitos deles mal conseguiam andar. Era uma visão lamentável ver aqueles pobres índios, praticamente nus, com ossos salientes sob a pele, e todos com a infame marca de Arana” (HARDENBURG, 2016 p.122).

Essas cicatrizes nos corpos dos indígenas, a marca de Arana, eram o resultado dos açoites feitos pelos capatazes de Júlio Cesar Arana, majoritário da PAC. Os índios eram obrigados a trabalhar sem alimentos, sob tortura, de modo que entendessem que se não obedecessem, seriam mortos feito animais. Ao submeterem os nativos a esse clima de horror, ficava mais fácil obrigá-los a trabalhar na extração, produção e transporte da borracha.

O viajante, aterrorizado, vê a forma cruel e desumana que os índios eram tratados e se admira da pouca comida que recebiam para trabalhar na produção da borracha. Registra Hardenburg que “Vi a comida que recebiam, que lhes era dada uma vez, ao meio-dia; apenas um punhado de *fariña* e uma lata de sardinha – quando tinha – para cada grupo de quatro índios e nada mais. E isso devia sustentá-los por vinte e quatro horas” (2016, p.123).

O viajante, diante de tanta desgraça, continua relatando o sofrimento dos índios, da fome, das doenças, dos crimes. Para ele, o mais lamentável era ver o quanto os índios estavam doentes, famintos e sozinhos sem ajuda de quem quer que fosse, sobrevivendo em meio ao caos que outros homens, “o homem branco”, haviam instalado. Moribundos, caminhavam a ermo, sem entender o porquê de tanto horror. Homens, mulheres, jovens, crianças, todos envolvidos na teia do medo e do terror, vendo suas vidas pela ótica da morte fria, cruel e iminente. Como afirma Hardenburg: “Esses pobres coitados, sem remédios, sem comida, eram expostos aos raios inclementes do sol, às chuvas frias e ao orvalho do amanhecer até que a morte os libertassem de seus sofrimentos” (2016, p. 123).

Ao ler o relato de viagem *O paraíso do Diabo*, é possível perceber a construção de uma escrita permeada de terror, medo, crime e barbárie. O

autor, ao longo da obra, especificamente no capítulo 5, “Viagem ao inferno”, constrói um clima de terror que faz com que o leitor sinta um misto de raiva e de medo, através das representações imagísticas cunhadas pelo viajante ao descrever o processo colonialista. Ao analisar as possíveis representações do colonialismo na obra, observo a questão do poder, ou do abuso de poder que os funcionários da PAC impõem aos índios, usando de práticas descabidas de terror no intuito de fazê-los reféns, escravos de políticas de corrupção, nas quais os mesmos se viam forçados a trabalhar no cultivo, no corte da seringa e na produção da borracha.

Resumindo: o terror foi o que prevaleceu sobre os índios Bora, Huitoto, Muinane, Cioni e Andoke na região do Putumayo, numa repetição e representação de muitos crimes ao longo dos séculos, como nos afirma Michael Taussig (1993), ao estudar esses crimes. A seu ver,

A criação da realidade colonial que ocorreu no Novo Mundo permanecerá tema de imensa curiosidade e estudo – aquele Novo Mundo onde os *irracionales* índios e africanos se tornaram obediente à razão de um pequeno número de cristãos brancos. Quaisquer que sejam as conclusões a que chegemos sobre como essa hegemonia foi tão rapidamente efetuada, seria insensatez de nossa parte fazer vista grossa ao papel do terror (TAUSSIG, 1993, p. 26 e 27).

O autor nos convida a pensar no terror como um espaço de morte e de vida. Na opinião de Taussig, o terror pode ser um estado social, “Com isto quero dizer que devemos pensar-através-do-terror, o que além de ser um estado fisiológico, é também um estado social, cujos traços especiais permitem que ele sirva como o mediador par *excellence* da hegemonia” (TAUSSIG, 1993, p. 27).

No próximo tópico acompanharemos o desenrolar dos crimes cometidos pelos funcionários da PAC contra os índios. Os jovens, os chefes de famílias, todos eram obrigados a adentrar à mata para conseguirem o látex para a produção da cota da borracha que a empresa estabelecia.

### 3.1 Trabalho forçado associado ao sistema de endividamento

**Figura 5 - Índios da Região do Putumayo**



Fonte: <https://jornalistaheitormenezes.blogspot.com.br/2016/03/roger-casement-no-breazail-i.html>

Os índios da região do Putumayo viviam na floresta, livres da ação devastadora do homem branco, em seu habitat, longe dos terríveis predadores humanos que estavam prontos para considerá-los “burros de carga”. Porém, um perigo rondava as suas moradias, a busca desenfreada pelas seringueiras e pelos pés de cacho, por homens que desejavam enriquecer, como afirma João Pacheco de Oliveira no artigo “Narrativas e imagens sobre povos indígenas e Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira” (2010). Em sua opinião,

A busca do látex, o “ouro negro”, levou os seringueiros a penetrar no mais recôndito da floresta, entrando em conflito com as populações indígenas que ainda ali mantinham suas formas próprias de vida e uma relativa autonomia face aos comerciantes e os caboclos ribeirinhos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2010, p.36).

Sobre essa questão “processual da fronteira”, ressalto que os colombianos foram os primeiros a se instalar na região do rio Putumayo e,



simultaneamente, conquistar a ‘amizade’ dos índios, como afirma o autor de *O paraíso do diabo*,

Os primeiros colonos colombianos, que chegaram à região sem dinheiro, doentes e desesperados, tinham sido muito bem recebidos pelos Huitoto, que lhes deram alimento, mulheres, os deixando muito mais confortáveis do que jamais tinham se sentido no seu próprio país (HARDENBURG, 2016 p.105).

A partir desse primeiro contato com o “civilizado”, os índios foram forçados a viver sob um regime cruel e sangrento imposto pelo homem branco que os considerava seres sem alma. Com essa concepção, se achavam no direito de escravizá-los

A seguir mostrarei como a PAC submetia os índios ao sistema desumano de escravidão. Para que se compreenda como agiam os funcionários da empresa e como era a região dessas estações da borracha, ou, como se diz no Brasil, *seringais*, faz-se necessário esclarecer como eram tratados os nativos. Os chefes das estações se aproveitavam de rivalidades existentes entre determinadas tribos para escravizar os nativos. Para isso, eles contratavam os *racionales*, rapazes indígenas que se aculturavam e passavam a ter o mesmo comportamento dos homens brancos. Entre os *racionales* e os chefes das estações, existiam os capatazes, os barbadianos, que foram contratados na ilha de Barbados pela PAC para fazer o trabalho intermediário entre os *racionales* e os chefes das estações. Como podemos constatar, “cada chefe tem sob seu controle um grupo de *racionales*, variando de cinco a oitenta, cujo negócio é dirigir os índios e forçá-los a trabalhar” (HARDENBURG, 2016, p.124).

Dessa forma, constata-se um sistema cruel de colonização, no qual o colonizado coopera com sua própria colonização. Como pode acontecer tal fenômeno? De acordo com Albert Memmi em sua obra *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, há nessas paragens a assimilação, o desejo de ser o outro, de se assimilar e se perder no outro como uma forma de esconder suas fraquezas, suas dores, sua condição. Assim, afirma o teórico, “A primeira tentativa do colonizado é a de mudar de condição mudando de pele.

Um modelo tentador e muito próximo a ele se oferece e se impõe: precisamente o do colonizador” (MEMMI, 1977, p.106).

O desejo dos *racionales* de ser parte da PAC, de fazer parte do sistema brutal de colonização, seguindo o modelo do colonizador, facilitou a escravização na região do Putumayo, mas também se pode ver aí uma estratégia de sobrevivência desse homem da floresta, porque se aliando ao colonizador podia ele sobreviver, mesmo que sendo considerado um traidor por parte de outros grupos indígenas.

Sobre a divisão das terras para controle da PAC, Hardenburg esclarece que toda a região era dividida em dois departamentos, no intuito de controlar a coleta da borracha, “os principais centros são El Encanto e La Chorrera. El Encanto é a sede de todas as estações do Caraparaná, e da margem direita do Putumayo, enquanto La Chorrera é a sede das estações do Igaraparaná e as distribuídas entre este rio e o Caquetá” (HARDENBURG, 2016, p.123).

Através dos dois departamentos, El Encanto e La Chorrera, os superintendentes, nome dado aos chefes das estações, controlavam toda a região. O chefe da estação El Encanto era Loayza e o da estação La Chorrera, Victor Macedo. Para esses dois centros, a borracha era enviada periodicamente “nas costas dos índios, de canoa, ou em pequenas lanchas. Uma vez na sede, o produto é enviado para Iquitos a cada três meses” (HARDENBURG, 2016, p.12).

Quando os nativos levavam suas cotas de borracha para serem pesadas nas estações, tinham consciência de que se não conseguissem a cota estabelecida pela empresa, seriam castigados. A empresa estabelecia prazos e cotas e os nativos precisavam se adequar àquele sistema de escravidão. Nas palavras de Hardenburg,

Ao término dos dez dias, os escravos começam a jornada com suas cargas nas costas, acompanhados por suas mulheres e crianças, que os ajudam a transportar a borracha. Quando chegam à estação, a borracha é pesada na presença do chefe e seus subordinados armados. Por experiência, os índios sabem o que a balança deve marcar, e quando indica que eles entregaram o montante total que deviam, pulam e riem alegremente. Quando isso não acontece, atiram-se de bruços no chão, e nessa posição aguardam sua punição (HARDENBURG, 2016, p.124).

Como se pode observar, o trabalho forçado aos quais os índios eram submetidos produzia um sistema corrupto e de total endividamento, fazendo com que os nativos fossem escravizados e molestados. Numa forma planejada de poder, na qual os funcionários da PAC exerciam sobre os corpos dos índios do Putumayo, têm-se essa radiografia dos crimes horrendos contra seres indefesos. Para explicar essa forma de poder, utilizo as palavras de Michel Foucault, ao afirmar que “o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe” (1988, p.175). Através da PAC, os índios eram controlados. Mesmo estando em seu habitat natural, eram explorados para que fossem utilizados como mão de obra para o uso da extração do látex e produção da borracha. Com isso geravam o capital que a empresa almejava como explica uma das cartas que foram enviadas para o periodista do Jornal *La Felpa*, o Sr Benjamin Saldaña Rocca:

Todo índio é obrigado a entregar à empresa, a cada três meses, 60 quilos de borracha, e no pagamento lhes é dado uma faca ou um espelinho no valor de 20 centavos, ou uma gaita ou um pacotinho de contas que pesa uma onça. Para todos que entregam 5 pagos – cada pago equivale a 100 quilos, ou, em outras palavras, para aqueles que entregam 500 quilos ou comprometem-se a fazê-lo, dão uma espingarda no valor de quinze soles. Os índios não recebem comida; eles próprios têm que conseguir. Aos índios que não entregam os 60 quilos a cada três meses, uma parte da qual deve estar pronta a cada dez dias, e aqueles que falta apenas meio quilo dão cinco ou dez chicotadas (HARDENBURG, 2016, p.157).

Frantz Fanon, em sua obra *Os Condenados da Terra* (2002), discorre sobre a violência. É embasada nessa violência desmedida que descrevo a forma como os indígenas do Putumayo foram violentados nas relações de colono e colonizado. De acordo com Fanon, “As relações colono-colonização são relações de massa. Ao número, o colono opõe a sua força. O colono é exibicionista” (2002, p.57).

A forma de poder que a PAC utilizava sobre os índios era a mais cruel e bestial. Há nessa prática, o suplício humano, a degradação, o desespero e a morte na floresta, nas estações da borracha e nas *correrias*, que faziam com o intuito de escravizar o maior número possível de índios que seriam usados para a exploração da borracha. Na devastação da floresta, na exploração dos

seus nativos, num ritual de dor e morte, os índios eram vigiados e punidos. Como é possível comprovar através das cartas enviadas a Hardenburg pelos empregados da PAC, assinadas por Genaro Caporo e José Antonio, que explicam a violência de uma comitiva que retornou da floresta trazendo cerca de trinta índios, todos acorrentados, homens, mulheres e crianças, como comprova o seguinte trecho da missiva:

O resto dos índios aprisionados por essa comitiva foram, por ordem de Norman, colocados no cepo, o que via de regra, existe em todas as estações. Como Norman tinha dado ordem para não dar aos pobres coitados nenhum alimento, não demorou muito para que ficassem doentes e gritassem de dor e desespero; sempre que isso acontecia, Norman pegava o facão e cortava o índio, deixando os pedaços da vítima, por quatro a seis dias, ao lado de seus companheiros, que foram condenados a um destino semelhante. Sempre que esses restos – já em estado de putrefação – tornavam-se ofensivos para esse bandido, obrigava os prisioneiros a empilhá-los e atearem fogo (HARDENBURG, 2016, p.167).

O cepo, mencionado na carta, é um instrumento de tortura construído por um funcionário da PAC, o Sr Crichlow, como já mencionado anteriormente. Esse instrumento de tortura era usado para confinamento de homens, mulheres e até mesmo crianças, como esclarece Hardenburg a partir de um trecho do Relato de Roger Casement, incluso em *O paraíso do diabo*:

O acusado era pendurado pelo pescoço, açoitado com a lâmina de *machetes* e, em seguida, confinado pelas pernas nos troncos de madeira pesada, chamados localmente de cepos. Cada estação está equipada com um desses tipos de prisão. Os cepos eram feitos de dois troncos grandes e pesados de madeira, com aberturas onde os membros do supliciado eram presos e, quando unidos, os troncos pareciam um grande grampo de madeira. No buraco cabia apenas um tornozelo de um índio. As pernas das vítimas são postas em dois desses buracos e os dois troncos são encostados de modo que o supliciado fique imobilizado. Preso pelos tornozelos, que muitas vezes ficam separados cinco pés de distância um do outro, a vítima deitada de costas, ou, eventualmente, de bruços, permanece por horas, às vezes por dias, muitas vezes por semana, e às vezes por meses nesse confinamento doloroso. Alguns prisioneiros são libertados desses cepos apenas para necessidades fisiológicas (HARDENBURG, 2016, p.184).

Muitas foram as formas de tortura utilizadas pelos funcionários da PAC contra os índios. O cepo foi somente uma dessas formas. No relatório que o cônsul britânico Roger Casement apresentou ao Ministério das Relações Exteriores em Londres, no ano de 1911, é possível vislumbrar quão terrível foi a história das atrocidades no Putumayo. Roger Casement relata que os índios eram flagelados e, em muitos casos, brutalmente açoitados. Na citação a seguir, Roger Casement descreve mais uma forma de flagelação usada pelos funcionários da PAC:

Homens e mulheres eram suspensos pelos braços que, frequentemente, eram torcidos para trás das costas e amarrados aos pulsos, e nessa posição agonizante, com os pés pendurados acima do solo, eram açoitados nos membros inferiores e na região lombar. O instrumento usado para flagelação era invariavelmente uma tira torcida, ou várias tiras entrançadas juntas, feitas de couro seco de anta (HARDENBURG, 2016, p.200).

As mulheres também não foram poupadas da violência e do terror, como demonstrado anteriormente. Elas também foram consideradas objetos e seres sem importância. Tiveram suas famílias dizimadas, seus corpos flagelados, seus filhos roubados, sua intimidade invadida. Em *O paraíso do diabo* há relatos de mulheres presas em haréns, jovens, em alguns casos ainda crianças, à disposição de homens corruptos e violentos que se autodenominavam donos dessas mulheres. Esses relatos serão tema do tópico a seguir.

### 3.2 O concubinato com índias jovens

**Figura 6** - Meninas em Aldeia do Putumayo. Foto de Roger Casement



Fonte: <http://www.entreculturas.com.br/2012/10/livro-o-sonho-do-celta/>

Retomando o raciocínio de Michael Taussig, analisarei a segunda forma de controle sobre o corpo humano, o concubinato. Os funcionários da PAC tratavam as mulheres indígenas como suas concubinas, se apossavam dos corpos dessas mulheres como se fossem mercadorias de troca e uso, e quando não as queriam mais, mandavam de volta para suas aldeias, ou as matavam, como demonstro na seguinte citação:

Quando um desses agentes vê uma garota e a deseja, pega a índia à força e seu pai ou marido não se atrevem a protestar, pois será torturado ou assassinado. Depois que está satisfeito, se ele ainda a deseja, a coloca em seu harém; se não, ele a deixa ir embora ou, como tem acontecido, é açoitada até a morte (HARDENBURG, 2016, p. 139).

A análise relacionada às mulheres indígenas será feita apoiando-me em *A ordem do Discurso* (2010), de Michel Foucault. Nesses espaços de terror, como sobreviviam as mulheres indígenas? De fato, eram usadas, silenciadas,

estupradas e mortas. Como um troféu macabro do poder abusivo de homens bestiais que acreditavam, quem sabe, que aquelas mulheres eram apenas objetos de desejo, mercadorias expostas ao tempo da dor e da morte, essas mulheres foram silenciadas, pois “Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição” (FOUCAULT, 2010, p.9).

As mulheres indígenas estavam inseridas em uma das questões sociais mais frágeis da sociedade, ou seja, a região da sexualidade, como afirma Foucault: “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2010, p.11). O poder dos funcionários da PAC sobre as mulheres indígenas era de vida ou de morte, como é possível comprovar na imagem da historiografia da região do Putumayo em que uma mulher da etnia Bora é condenada à morte por inanição. A imagem está inserida na obra *Colombia amazónica*, uma coletânea organizada por um grupo de pesquisadores da Universidade Nacional de Colombia no ano de 1987.

O autor de *O paraíso do diabo*, como testemunha, observa a grande tristeza estampada nos rostos das mulheres indígenas, as concubinas de Loyaza, administrador de uma das estações da borracha, El Encanto. Eram usadas para saciar o desejo sexual de homens que as escravizavam. Denuncia Hardenburg

Outra visão triste era o grande número de concubinas involuntárias que definhavam em reflexões melancólicas sobre sua liberdade perdida e seus sofrimentos no interior da casa. Esse grupo de infelizes era composto de cerca de treze jovens, que tinham cerca de 9 a 16 anos de idade, e essas pobres inocentes – jovens demais para serem chamadas de mulheres, eram as vítimas indefesas de Loayza e de outros agentes da PAC (HARDENBURG, 2016, p.123).

Outro relato de violência contra a mulher foi de um ex-funcionário da PAC, o Sr. Julio F. Muriedas, ao jornal *La sanción*, de Iquitos, publicado em 22 de agosto de 1907,

Também testemunhei outra cena excessivamente desumana e repugnante. Juan C. Castaños embarcou no *Liberal* para El Encanto, e queria levar a sua mulher índia, Matilde, o que não

foi permitido, porque Bartolomé Zumaeta tinha se deixado levar pela beleza da infeliz; Castaños, ao ver que eles não permitiriam que a esposa o acompanhasse, apesar de todos os pedidos de Matilde para acompanhar o marido, teve de abandoná-la, e, em sua presença, a infeliz foi dada a Zumaeta. A índia fugiu desse desgraçado repugnante e doente, que continuou para El Encanto, e, quando Matilde retornou a La Chorrera, foi dormir a bordo de um dos navios ancorados no porto, onde, é sabido, todos os tipos de excessos foram cometidos contra ela, e, não contente com o que já tinham feito à infeliz, entregaram-lhe para a empresa; ali ela foi açoitada desumanamente com vinte e cinco chicotadas, e seu corpo foi todo lanhado. Ela foi trancada num armazém, onde ainda estava no momento da nossa partida de La Chorrera (HARDENBURG, 2016, p.151-152).

Na sequência, podemos acompanhar a trajetória de crimes, dessa vez contra uma índia conhecida como Vitória que, infelizmente, não teve sua vida poupada pelo seu algoz. Quem relata esse fato é Anacleto Portocarrera, um dos muitos ex-funcionários da PAC, que resolveu denunciar os crimes e a barbárie para o jornalista Benjamin Saldaña Rocca,

Quando Fonseca retornou da *correria* e foi para casa, Vitória, uma das suas nove concubinas foi acusada de infidelidade em sua ausência. Enfurecido, Fonseca a amarrou numa árvore de braços abertos e, levantando a saia até o pescoço, a açoitou com um enorme chicote, até se cansar. Em seguida a colocou numa rede num armazém e, como as cicatrizes não receberam nenhum tratamento, em poucos dias apareceram as larvas; em seguida, por sua ordem, a índia foi arrastada para fora e morta (HARDENBURG, 2016, p.153).

Vitória, provavelmente era uma jovem mulher indígena, pois esses facínoras se apossavam de jovens mulheres, muitas vezes ainda meninas. Eles satisfaziam suas loucuras num lamaçal de crime e barbárie, pois como a região estava sob litígio entre os dois países, Peru e Colômbia, não havia um controle da região e a desvalorização da vida humana era recorrente. Não havia quem socorresse aquelas pobres infelizes da lascívia de homens que faziam suas próprias leis.

Todos os enunciados referentes à violência são repetidos de diversas formas, concatenando assim com o que Michel Foucault (2002) esclarece sobre os enunciados de uma mesma ordem, de um mesmo objeto, “os



enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (2002, p.36). Dessa forma, a violência, em suas várias formas, foi o que ligou todos os enunciados referentes aos crimes do Putumayo.

No testemunho que ex-funcionários da PAC deram a Hardenburg, através de cartas, está o de Celestino Lopez, que trabalhava em Abisinia, uma das muitas estações da borracha espalhadas ao longo do Putumayo. Na carta, há um relato sobre as jovens concubinas de Aguero. Assim diz o trecho: “Em Abisinia, vi as oito concubinas de Aguero. Algumas delas eram da tribo Boras, e outras eram Huitoto, todas de diferentes idades – e esse grupo de desafortunadas era formado por meninas de 9 a 16 anos” (HARDENBURG, 2016, p.163).

As mulheres indígenas também eram usadas para fazer serviços domésticos. Uma das tarefas dada a elas, nas estações da borracha, era carregar água para abastecer as casas. Em La Chorrera, Roger Casement, o cônsul britânico que foi designado para investigar os crimes do Putumayo, nos anos de 1910 e 1911, assim escreve sobre essas mulheres em seu diário: “É um grupo de meninas índias de seios bem desenvolvidos e camisas coloridas, que durante o dia vão e vêm do rio carregando latas de querosene cheias de água para vários fins: banheiro, despensa, cozinha etc.” (CASEMENT, 2016, p.119)<sup>15</sup>.

Roger Casement, assim como Hardenburg, tinha um carinho especial pelas mulheres índias do Putumayo, ambos ficavam chocados com a forma brutal com que essas mulheres eram tratadas pelos empregados da companhia. Tanto Hardenburg como Casement tiveram uma sensibilidade e um cuidado todo especial ao retratar a condição da mulher indígena. Em sua viagem ao Putumayo, Casement deixa registrado em seu diário alguns encontros com mulheres indígenas em risco de vida e faz questão de afirmar o quanto fica emocionado, como no caso da mulher que ele encontra na mata com uma enorme carga de borracha nas costas e sem nenhuma condição física de prosseguir. “A mulher mal conseguia andar, e fazê-la continuar foi

---

<sup>15</sup> *Diário da Amazônia de Roger Casement* foi editado pelo escritor Angus Mitchell e no Brasil foi organizado e traduzido pelas professoras, Laura P. Z. Izarra e Mariana Bolfarine (2016).

tarefa penosa. Ela caía muitas vezes e dei-lhe minha bengala para auxiliar suas pernas trêmulas. Chorei muito, devo confessar” (CASEMENT, 2016, p.228).

O choro de Casement demonstra toda a sensibilidade desse cavalheiro que se submeteu a um grande esforço físico e psíquico, tanto no Congo como no Putumayo, para poder ajudar os nativos subjugados ao sistema corrupto do colonialismo.

Roger Casement, sem dúvida, foi de suma importância para denunciar o crime e a barbárie que estavam acontecendo na Amazônia, na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia. Os seus relatórios fizeram com que o mundo dito civilizado tomasse conhecimento do genocídio ocorrido com os índios. No desabafo de Casement pode-se constatar o quanto foi difícil o trabalho na Amazônia. De acordo com suas palavras, “Meu trabalho na Amazônia acabou. Travei uma longa batalha e, tanto quanto é possível para um homem sozinho vencer, posso dizer que venci, mas o que fica para trás ninguém pode ver” (CASEMENT, 2016, p.414-415).

Ninguém pode ver a dor das mulheres estupradas, dos homens violentados, das crianças vendidas nas praças de Iquitos, como pequenos animais separados dos seus pais. Ninguém pode ver o desrespeito com que os nativos do Putumayo foram tratados. Ficaram para trás. Na Amazônia, tantos registros de tortura, de morte com os seus nativos! Ninguém pode ver? Tantos Aranas passaram destruindo e matando em nome do lucro. Quantos mais serão necessários para a humanidade acordar desse torpor? Quantos crimes serão necessários para o despertar humanitário? Quantas crianças precisarão ter sua inocência imaculada, aviltada? O próximo tópico será sobre essa inocência roubada das crianças do Putumayo.

### 3.3 A venda de crianças indígenas

**Figura 7** - Menino com as “marcas de Arana” nas nádegas



Fonte: [http://assets.survivalinternational.org/pictures/1467/1455\\_original.jpg](http://assets.survivalinternational.org/pictures/1467/1455_original.jpg).

Nas próximas páginas, analiso a terceira forma de controle sobre o corpo humano mencionada por Michael Taussig: a venda de crianças indígenas na região do Putumayo na época da exploração da borracha. Não só a venda, como os maus-tratos, pois há muitos relatos de crianças sendo exploradas, carregando em seus corpos nus as marcas infames de Arana, e até mesmo mortas por seus algozes. Hardenburg registra a venda de meninos e meninas indígenas. Segundo ele, as crianças eram retiradas violentamente dos pais pelos funcionários da PAC e levadas para Iquitos:

Cada navio a vapor que vai para Iquitos, carregado com a borracha do Putumayo, leva de cinco a quinze meninos e meninas indígenas, que foram arrancados, soluçando, dos braços de suas mães, sem o menor escrúpulo. Esses pequenos

inocentes, como já disse, são vendidos no atacado e no varejo pela “empresa civilizadora” em Iquitos, capital do Departamento de Loreto, o segundo porto de um país que se autodenomina cristão, republicano, civilizado, e – para deixar bem claro – com o conhecimento e aprovação das autoridades locais (HARDENBURG, 2016, p.141).

A venda de crianças indígenas, na região do Putumayo, durante o *boom* da borracha parece ter sido comum, pois como ficou registrado na história, até mesmo o cônsul britânico Roger Casement participou dessa prática. As crianças eram tratadas como objetos, separadas dos seus pais sem dó nem piedade pelos empregados da PAC; eram vendidas e muitas vezes mortas. Roger Casement, ao deixar a Amazônia, leva com ele dois meninos índios, Arédomi e Omarino, e com esse ato apenas reforçou um costume comum na região do Putumayo, na época da exploração da borracha, a venda de crianças indígenas. Ao desembarcar em Iquitos, vindo da região do Putumayo, num sábado, 26 de novembro de 1910, como ele mesmo registra em seu diário pessoal, leva consigo dois jovens indígenas,

Desembarquei ontem em Iquitos e trouxeram-me todas as coisas até a casa dos Cazes. O senhor e a senhora Cazes estão muito bem, e alojei-me no mesmo quarto quente de antes. Bishop, Arédomi e Omarino ficarão em quartos que aluguei na cidade. A senhora Cazes torce o nariz quando estão aqui e sugere que tomem banho (CASEMENT, 2016, p.384).

**Figura 8-** Índios levados para a Inglaterra por Roger Casement



Fonte: [http://www.huffingtonpost.co.uk/jonathan-mazower/death-in-the-devils-paradise\\_b\\_2963505](http://www.huffingtonpost.co.uk/jonathan-mazower/death-in-the-devils-paradise_b_2963505).

Na carta que o Sr Júlio F. Muriedas, um dos ex-empregados da PAC, escreve para o jornal *La sanción*, de Iquitos em 22 de agosto de 1907, há um relato de como os filhos dos índios eram tratados quando seus pais fugiam, “eles levam seus filhos, os suspendem pelas mãos e pés e, nessa posição, ateam fogo, de modo que sob essa tortura eles digam onde o pai está escondido” (HARDENBURG, 1916, p.151).

Trágico fim para seres inocentes que foram envolvidos na teia do colonialismo, do capitalismo desenfreado que em nome do lucro a qualquer preço trouxe a violência para as florestas amazônicas.

Como foi possível que acontecesse uma catástrofe dessas com essas crianças, e com a permissão das autoridades locais? Nos séculos XIX e XX aconteciam essas atrocidades na Amazônia. Na Europa, a “época das luzes”, a “idade da razão”, discutia-se a Liberdade, o Progresso, o Homem. O Iluminismo, no século XVIII, clamava pela liberdade do ser, enquanto nas florestas amazônicas ‘homens’ vendiam crianças indígenas, que eram brutalmente arrancadas dos braços de suas mães, como afirmado anteriormente.

No prefácio da obra *Dialética do esclarecimento*, seus autores também questionam a barbárie. Nas palavras de Adorno e Horkheimer: “a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”. Respondendo a esta questão, os autores entram no mérito do esclarecimento e declaram que nem sempre o esclarecimento livra o homem da barbárie, pois: “a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor” (1985, p. 11) e nos conduz para o âmbito da produtividade econômica que faz com que grupos sociais tenham plenos poderes sobre determinadas pessoas:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controla uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.14).

O controle que Julio César Arana exerceu sobre os nativos do Putumayo foi devastador e os crimes contra a infância foi em decorrência de todo o terror que os nativos sofreram. Nos relatos que ex-funcionários da PAC enviavam através de cartas para o jornalista Benjamin Saldaña Rocca havia muito sobre violências cometidas contra as crianças indígenas, como é o caso de um funcionário que havia trabalhado em Matanzas e teve como chefe o sanguinolento Armando Norman, que ordenou que esse funcionário matasse uma criança indígena. “Ali em Matanzas”,

Armando Norman deu-me ordens para matar um indiozinho de cerca de oito ou dez anos de idade que havia sido cruelmente açoitado por fugir, e que, em consequência dessa punição bárbara, estava cheio de larvas e morrendo, com a costa completamente cheia de rasgões das chibatadas que havia recebido (HARDENBURG, 2016, p.156).

As crianças indígenas eram vigiadas e punidas; elas também serviram como mão de obra barata para gerar mais lucro para uma empresa com sede em Londres, onde muitos dos acionistas eram nobres cavalheiros que defendiam os bons costumes, o direito à liberdade de cada ser humano. Difícil é saber se esses nobres cavalheiros, os acionistas da PAC, não sabiam que o Putumayo era um antro de violência e morte, de escravidão, no qual muitos indígenas padeciam. As crianças do Putumayo também foram escravizadas pela “empresa civilizadora”.

Na viagem que Hardenburg fez para Iquitos no vapor *Liberal*, logo depois de ter escapado da morte na estação El Encanto, presencia uma cena muito triste de uma menina Huitoto de cerca de sete anos de idade, sendo levada por um comissário do Putumayo, conhecido pelo nome de Cesar Lurquin. De modo geral, todos sabiam que aquela criança estava sendo levada para ser vendida em Iquitos, como o próprio Hardenburg deduz. Exponho a citação que comprova tal fato:

Outra pessoa que considere com igual aversão foi um patife de pele acobreada chamado César Lurquin, peruano *comissário* do Putumayo. Esse miserável estava levando para Iquitos uma menina Huitoto de cerca de sete anos de idade, presumivelmente para vendê-la como “criada”, pois é fato bem conhecido que esse tipo de tráfico repugnante de seres

humanos é realizado quase publicamente naquela cidade (HARDENBURG, 2016, p.130).

No *Diário da Amazônia de Roger Casement* (2016), há um relato de uma criança indígena marcada pelas infames marcas de Arana, ou seja, cicatrizes das muitas surras que havia sofrido. Essa criança, segundo Casement, tinha uns oito anos e já carregava grandes cargas de borrachas: “Um meninozinho de não mais de oito anos, tão pequeno que nem tinha *fono*, completamente nu, tinha as costas e coxas cobertas de marcas – largos vergões e açoites. Uma visão abominável. E tinha, também, uma carga bem grande de borracha” (CASMENT, 2016, p.221).

As crianças indígenas foram as mais afetadas, pois não tinham como se defender dos funcionários da PAC, uma empresa que tinha um só objetivo, lucrar o máximo possível com a coleta de látex e produção da borracha e, para isso, precisava de mão de obra barata, ou escrava.

Crianças exploradas, silenciadas e, muitas vezes, mortas, infelizmente não faz parte só do passado da região do Putumayo. Ainda hoje presenciamos cenas de crianças passando por diversas situações de risco.

A filósofa e escritora suíça Jeanne Marie Gagnebin, em seu artigo intitulado “Palavras para Hurbinek”, nos esclarece que “não há memória do passado sem atenção ao presente. Ou ainda: lembrar-se do passado, sim, mas isso implica uma tarefa à primeira vista paradoxal: lembrar-se do presente” (GAGNEBIN, 2000, p.103).

A mídia mostra diariamente os conflitos de interesses que determinadas nações passam e, com isso, os menos favorecidos sempre pagam um alto preço. São diversos conflitos no Oriente, por exemplo, nos quais as populações pedem ajuda dos países mais desenvolvidos no Ocidente; pedem refúgio nesses países. São os refugiados que muitas vezes estão nas fronteiras dos países mais ricos, mas não conseguem ajuda humanitária, não conseguem ultrapassar as fronteiras. Milhares de crianças morrendo nas fronteiras todos os dias, morrendo na travessia de águas revoltas, em embarcações precárias, como o pequeno refugiado sírio, Alan Kurdi, de apenas 3 anos de idade, cuja morte por afogamento causou consternação no mundo. Como podemos constatar na reportagem do dia 3 de setembro de 2015 da revista online

bbc.com, “Várias fotos do corpo de Alan na praia de Ali Hoca, em Bodrum, sendo observado e depois levado por um policial turco, ganharam manchete no mundo inteiro”.

A foto do pequeno Alan virou símbolo do drama de milhares de refugiados que buscam recomeçar suas vidas na Europa. Só nos resta assistir inertes a essas cenas brutais? Às crianças do Putumayo já não podemos ajudar, estão mortas. Podemos apenas ressuscitá-las, denunciando tais acontecimentos, através de uma Literatura de denúncia. E as crianças que estão morrendo nas fronteiras? Talvez, como diz Gagnebin (2000), ao se referir aos retratos dos autores clássicos que assistiam impávidos aos relatos de genocídios, na sala de defesa de teses da Sorbonne:

Assistiram impávidos, ao relato dos horrores que homens cometeram, e continuam cometendo, contra homens nesse nosso século XX que termina numa grande interrogação a respeito dos belos valores que o Iluminismo e o Classicismo, justamente, tinham por intuito estabelecer universalmente (GAGNEBIN, 2000, p.99).

Apenas assistir inertes, será esse o nosso papel? É enlouquecedor, aterrorizante! É necessário saber o porquê do silêncio a respeito dos crimes do Putumayo. Não podemos permitir que o Putumayo seja apenas “um livro lacrado”, numa referência ao cônsul britânico Roger Casement, quando de sua ida ao Putumayo, pela primeira vez, em 1910, para desvendar os crimes<sup>16</sup>. Devemos investigar minuciosamente como um arqueólogo que escava e encontra fragmentos de um mundo perdido que deve ser resgatado.

Edward Said (2009), ao escrever sobre Império, Geografia e Cultura nos faz refletir sobre o passado e o presente, quando nos adverte que,

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sobre outras formas (SAID, 2009, p.34).

---

<sup>16</sup> Em seu diário de 12 de setembro de 1910, Roger Casement escrevia, “O Putumayo é um “livro lacrado”; mesmo em Iquitos é surpreendente como quase todos parecem estar com medo ou “envolvidos” (MITCHELL, 2016, p.67).



Trabalhar o presente para que não se repitam determinadas atrocidades do passado é uma forma da humanidade se redimir, sair da ignorância, do egoísmo que muitas vezes se torna latente. O passado do Putumayo precisa ser esmiuçado, revisto e denunciado para que a humanidade, sabedora de um passado negro, evite outras tragédias semelhantes, que possam acontecer na atualidade.

## RECAPITULAÇÃO

É necessário finalizar este trabalho evidenciando a importância dos Estudos Culturais, consequentemente dos Estudos Pós-Coloniais e em especial da Literatura Amazônica, não simplesmente por estarmos inseridos na região, ou pela importância da temática desta pesquisa, mas por serem as diversas Amazônias locus de pesquisas de inúmeros estudiosos do mundo todo.

Assim, no caso desta pesquisa, os três grandes pilares foram: os Estudos Culturais, Pós-Coloniais e Literatura Amazônica, e não há como separá-los, pois a Literatura Amazônica está permeada de resistências, de deslocamentos e de uma gama de Estudos Culturais, Históricos, Etnográficos, Linguísticos, etc. Nesse entremeio, a obra *O paraíso do diabo* está inserida, tendo em vista que oscila entre relato de viagem, etnografia e história das atrocidades do colonialismo durante certo período do boom da borracha. No devir de múltiplas violências causadas principalmente pelo colonialismo, um estudo de múltiplas resistências ancoradas no capitalismo desenfreado que abafa e silencia os menos favorecidos, se faz presente na obra em análise nesta dissertação.

A morte de milhares de índios da região do Putumayo foi apenas mais um dos casos de violência que, entre tantos outros, a humanidade produziu e continua produzindo e, como Sísifo<sup>17</sup>, o deus grego condenado a fazer um trabalho insensato repetidas vezes, vendo seus esforços rolar montanha abaixo sempre e sempre.

Como *A voragem*, de Eustasio Rivera, o *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, *O paraíso do diabo* é uma literatura de resistência por denunciar as insanidades decorrentes de homens vorazes, capazes de muitas formas de violência, como Julio César Arana, um dos personagens estudado no contexto desta pesquisa.

Seguindo este parâmetro de violências repetidas, em Adorno e Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, esses autores usam os mitos de Sísifo, Danaides e de Tântalo para esclarecerem que

---

<sup>17</sup>Ver *O mito de Sísifo* de Albert Camus

“as atrocidades que cometem representam a maldição que pesa sobre elas” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p.63).

As atrocidades cometidas pelo colonialismo devem ser investigadas e esclarecidas para que a humanidade se permita refletir no devir de sua consciência, no intuito de modificar suas ações para que não haja uma eterna repetição, como a maldição dos mitos de Sísifo, Danaides e Tântalo explicitados pelos dois filósofos, Adorno e Horkheimer.

Devemos abordar essa problemática por diversos caminhos, entre eles o da literatura de denúncia, pois como nos afirma Jeanne Marie Gagnebin, em seus estudos sobre o nazismo e os judeus, em que “homens sofreram o mal que outros homens lhes impuseram, mas que simultaneamente, delineiam uma outra região, escura e ameaçadora, que gangrena subterraneamente o belo país da liberdade e da dignidade humana” (GAGNEBIN, 2000, p.108).

Por isso, estudamos aqui uma literatura de denúncia, que esclarece determinados fatos ocorridos na região do Putumayo, traz à tona as atrocidades e revela os inúmeros silêncios. Seguindo esse parâmetro, procurei mostrar o que aconteceu com os nativos do Putumayo no período do *boom* da borracha, especificamente nos anos de 1890 a 1912. Através do relato de viagem *O paraíso do diabo*, segui a trilha do colonialismo desenfreado e das violências cometidas por homens cruéis contra os nativos de uma região fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia.

Partindo da concepção de que a borracha foi a mola propulsora para o desenvolvimento do capitalismo e da violência na Amazônia e, conseqüentemente, na região do Putumayo, na primeira seção apresentei um panorama geral do surgimento da borracha em uma escala industrial no mundo, traçando um perfil da história do látex e sua transformação em borracha e mostrando as conseqüências danosas que esse processo de industrialização trouxe para os nativos da região amazônica.

Na segunda seção, adentrei a obra *O paraíso do diabo* traçando um percurso investigativo da viagem dos dois jovens aventureiros, Perkins e Hardenburg. Mostrei o desenrolar da viagem, as sensações, os enlevos dos dois viajantes ao saírem da cidade de Buenaventura, na costa do Pacífico, na Colômbia, no dia 1º de Outubro de 1907, rumo a Estrada de Ferro Madeira-

Mamoré, que estava em construção na época e precisava de trabalhadores experientes em construções desse tipo.

Desse modo, faço um passeio pelos capítulos da obra. No primeiro capítulo, no qual o autor denomina de “As Nascentes do Putumayo”, há uma descrição dos lugares, das aldeias por onde os aventureiros passaram da vestimenta e da alimentação dos índios.

No segundo capítulo, “O Alto Putumayo”, os aventureiros continuam a viagem e conhecem os assentamentos dos colombianos Materón e Gonzalez, que foram os primeiros a se instalar na região do Putumayo. E, da mesma forma, no 3º capítulo, “O Médio Putumayo”, prosseguem com suas aventuras e desventuras ao longo do rio Putumayo e conhecem mais um colombiano instalado na região do Caraparaná, o senhor López, que os informa sobre as disputas fronteiriças e da empresa conhecida como *Peruvian Amazon Company*, com sede na cidade de Iquitos, no Peru.

Não querendo se envolver em disputas fronteiriças, os jovens continuam a viagem e, no quarto capítulo de seu relato, “Os Huitoto”, Hardenburg faz um estudo sobre a língua dos Huitoto, o mesmo acredita que é uma língua simples, com pouca gramática. A seguir, uma citação que pode confirmar essa assertiva: “É uma língua muito simples, com pouca gramática, não empregando nem conjunções nem artigos. As palavras são pronunciadas lentamente, com uma entonação prolongada e harmoniosa” (HARDENBURG, 2016, p.100). Ele também se interessa pelos costumes desses índios e escreve sobre algumas peculiaridades e hábitos dos Huitoto.

Na sequência de seu relato-testemunho, o autor narra o que lhes aconteceu quando caíram nas mãos dos funcionários da PAC, daí o título “Viagem ao Inferno”, bem como a violência contra os indígenas; no 6º capítulo, “Os Crimes do Putumayo”, Hardenburg se apropria das denúncias feitas por Benjamin Saldaña Rocca em *La Sanción* e *La Felpa*, periódicos iquitenhos e no 7º capítulo, “O Relato de Roger Casement”, é uma compilação de parte do relato feito pelo cônsul inglês, Roger Casement, quando de sua viagem ao Putumayo, em 1910, como membro da comissão investigativa que tinha como objetivo central verificar e apurar os crimes da região.

Na terceira seção desta dissertação, “As atrocidades do Putumayo”, a análise foi feita através de três atos de violências cometidos contra os nativos:

o trabalho forçado associado ao sistema de endividamento; o concubinato com as índias jovens e a venda de crianças indígenas. Para tanto, apoiei-me na obra *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*, de Michael Taussig. Nessa seção, propus-me ao principal objetivo desta pesquisa: analisar as denúncias das atrocidades cometidas contra os índios na região do Putumayo sob administração do peruano, Julio César Arana, o rei do caucho.

Edward Said, em sua obra *Cultura e Imperialismo* (2009), constrói um conceito sobre imperialismo que determina, de forma exemplar, tudo o que aconteceu com os nativos da região do Putumayo. Said nos esclarece que,

Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras (2009, p.39).

A miséria foi o que restou para os índios, não só para eles, mas para os barbadianos, colombianos e alguns peruanos, todos envolvidos com uma empresa, a PAC, um império sonhado, planejado e construído por um peruano, conhecido como J. C. Arana que, de acordo com Michael Taussig, era no baixo Putumayo, o próprio Estado. E que “Em 1903 contratou negros de Barbados para “conquistar” e perseguir até a morte os índios fugitivos” (1993, p. 42).

Em artigo publicado na internet pela LAB, Latin America Bureau, sobre as atrocidades do Putumayo, sob título “The Putumayo Atrocities: What really happened in the Amazon” – As atrocidades do Putumayo: o que realmente aconteceu na Amazônia, o editor Javier Farje menciona que, “Arana would not have got away with his campaign of slavery and murder without the complicity of the local establishment”, ou seja, “Arana não podia ter seguido em frente com seu regime de escravidão e assassinato sem a cumplicidade da política local”, tendo em vista que o Departamento de Loreto dividia-se em dois grupos: político e econômico. O primeiro (Cueva) era formado por membros e profissionais do poder judiciário, enquanto o segundo, (Liga), era formado por comerciantes da média e alta classe peruana. Obviamente entende-se que Julio César Arana pertencia à Liga.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

\_\_\_\_\_, Theodor. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

BERNUCCI, Leopoldo M. **Reinado de horror: tortura na Amazônia durante o ciclo da borracha**. Rio Branco Acre in Muiraquitã, PPGLI-UFAC, v2, n.1, Jul. Dez, 2013

CANTARINO, Geraldo. *Irlandês: Uma ilha chamada Brasil: o paraíso no passado brasileiro*. Rio de Janeiro: editora MAUAD, 2004.

CÁRDENAS, Freddy Orlando Espinoza. **La Vorágine de Euclides da Cunha**. Manaus: EDUA, 2014.

CASTRO, Carlos Rey. et al. **La Defensa de Los Caucheros**, Iquitos: Ceta, 2005.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Tradução de Albino Poli Jr. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Tradução de António Massano. Lisboa: letra livre, 2002.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **História da Amazônia**. Volume II. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_**A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_**A Ordem do Discurso.** 20ª edição. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, 2010.

FRITZ, Samuel. **O Diário do Padre Samuel Fritz.** Organização de Renan Freitas Pinto. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Galeno de Freitas. São Paulo: PAZ E TERRA, 1988.

GOMES, Morgana. **O quintal de Leopoldo II: Leituras da História.** São Paulo, 100, p. 30- 37, maio. 2017.

HARDENBURG, Walter. **The Putumayo, the devil's Paradise: travels in the Peruvian Amazon region and an account of the atrocities committed upon the indians therein.** T. Fisher Unwin, London 1912.

HARDENBURG, Walter. **O paraíso do diabo. Relato de viagem e testemunho ocular das atrocidades do colonialismo na Amazônia.** Tradução de Hélio Rocha. São Carlos: Ed. SCIENZA.

HOCHSCHILD, Adam. **O fantasma do Rei Leopoldo – Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial.** Tradução de Beth Vieira. São Paulo: Cia das letras, 1999.

JACKSON, Joe. **O ladrão no fim do mundo: como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio sobre a borracha.** Tradução de Saulo Adriano. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas.** Brasília: Senado Federal, 2000.

LAGOS, Olvidio. **Arana, rey del caucho.** Buenos Aires: Emecé Editores, 2005.

LAMB, F. Bruce. **O Feiticeiro do Alto Amazonas: a história de Manuel Córdova-Rios.** Tradução de Cláudia Moniz Freire. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

LLOSA, Mário Vargas. **O sonho do celta**. Tradução de Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro:ALFAGUARA, 2010.

LOUREIRO, Antonio. A grande crise. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo rio Amazonas** 2ª edição. Tradução de Antonio Porro. Manaus: EDUA, 2006.

MEMMI, Albert. **Retrato do descolonizado árabe-muçulmanos e de alguns outros**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIGNOLO, D Walter. “A opção descolonial e o significado de identidade política”. Caderno de letras da UFF – Dossiê: Literaturas, Língua e Identidade, nº 34. p.287-324, 2008.

MITCHELL, Angus. **Roger Casement no Brasil: a borracha, a Amazônia e o mundo atlântico, 1884-1916**. Tradução de Mariana Bolfarine. São Paulo: Humanitas, 2011.

NENEVÉ & GOMES. Tecnologias pós-coloniais: discurso do desenvolvimento, progresso e o contra discurso em *Mad Maria* de Márcio Souza e *A História do Ventríloquo* de Pauline Melville. In: **Língua e Literatura na Época da Tecnologia**. Org. Mailce Borges Mota...[et al.]. - Florianópolis: EdUFSC, 2015.

NESTROVSKI, A.; SELIGMANN, M.S (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde: cenas e cenários do Amazonas**. 4ª edição. Manaus: Typografia Arrault e Cia., 1927.



RIVERA, José Eustasio. **A Voragem**. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

ROCHA, Hélio Rodrigues. **O mar e a selva: sobre a viagem de Henry Major Tomlison ao Brasil**. Curitiba editora CRV, 2012.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**-2ªed-Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SMITH, Anthony. **Os conquistadores do Amazonas**. Tradução de Maria Terezinha M. Cavallari. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

SOUZA, Marcio. **Mad Maria**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STEPHENSON, H. Trevor. **Amazonía: um breve estúdio de la história y geografía del Estado de Amazonas com especial referência a su capital Manaos**. Tradução de Olga Sofia Herrera Pinto Catalão. Lima: editora CETA, 2013.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Servidão Humana na Selva – O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UGARTE, Auxiliomar Silva. **Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos-século XVI-XVII**. Manaus: editora Valer, 2009.

VESPUCIO, Américo. **Novo Mundo: as cartas que batizaram a América**. Introdução e notas Eduardo Bueno: tradução das cartas João Angelo Oliva, Janaína Amado Figueiredo e Luís Carlos Figueiredo. São Paulo: editora Planeta do Brasil, 2003.

Diário de Iquitos. **Bejamín Saldaña em el recuerdo**. Disponível em: < <https://diariodeiqt.wordpress.com/.../benjamin-saldana-en-el-recu...>>. Acesso em 06 de março de 2017.

Latin America Bureau. **The Putumayo Atrocities**. Disponível em: < <https://lab.org.uk/the-putumayo-atrocities-i-what-really-happened-in-the>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.